

Ensino e Geografia

Neoliberalismo e guerra civil: a hipótese da Geografia Escolar como inimigo interno

Neoliberalism and civil war: the hypothesis of School Geography as an internal enemy

Neoliberalismo y guerra civil: la hipótesis de la Geografía Escolar como enemigo interno

Bruno Nunes Batista¹ 

¹ Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

RESUMO

O neoliberalismo vai além da política econômica: disseminando competitividade, forjando subjetividades e desenhando instituições, ele efetiva uma engenharia do comportamento humano. Ademias, ele está ancorado em estratégias que visam neutralizar e/ou derrotar inimigos. O seu funcionamento requer experimentações autoritárias, mecanismos de repressão e tecnologias de guerra. Para assegurar a concorrência e viabilizar a liberdade empresarial, princípios, sujeitos e instituições são banidos e desmantelados. É o caso da Geografia Escolar. Uma vez que o modelo neoliberal pressupõe que a competição deve prevalecer a qualquer custo, movimentos da Geografia Escolar alinhavados com direitos coletivos ou com a compreensão da formação socioespacial estão sob ameaça. É em torno dessa análise que o artigo se desdobra, organizando-se em três enfoques: a) identificar os fundamentos do neoliberalismo; b) indicar como as orientações neoliberais procedem de uma opção pela guerra civil; c) reconhecer que a Geografia Escolar – por estatuto ético, estético e epistemológico – tende a ser alvejada como inimigo interno.

Palavras-chave: Geografia escolar; Neoliberalismo; Guerra civil

ABSTRACT

Neoliberalism goes beyond economic policy: by disseminating competitiveness, forging subjectivities and designing institutions, it engineers human behavior. Ademias, it is anchored in strategies that aim to neutralize and/or defeat enemies. Its operation requires authoritarian experiments, mechanisms of repression and technologies of war. To ensure competition and enable business freedom, principles, subjects and institutions are banned and dismantled. This is the case of School Geography. Since the neoliberal model presupposes that competition must prevail at any cost, movements in School

Geography aligned with collective rights or with the understanding of socio-spatial formation are under threat. It is around this analysis that the article unfolds, organizing itself into three focuses: a) identifying the foundations of neoliberalism; b) indicate how neoliberal guidelines come from an option for civil war; c) recognize that School Geography – due to its ethical, aesthetic and epistemological status – tends to be targeted as an internal enemy.

Keywords: School geography; Neoliberalism; Civil war

RESUMEN

El neoliberalismo va más allá de la política económica: al difundir la competitividad, forjar subjetividades y diseñar instituciones, diseña el comportamiento humano. Además, se ancla en estrategias que tienen como objetivo neutralizar y/o derrotar a los enemigos. Su funcionamiento requiere experimentos autoritarios, mecanismos de represión y tecnologías de guerra. Para garantizar la competencia y permitir la libertad empresarial, se prohíben y desmantelan principios, sujetos e instituciones. Este es el caso de la Geografía Escolar. Dado que el modelo neoliberal presupone que la competencia debe prevalecer a cualquier precio, los movimientos en Geografía Escolar alineados con los derechos colectivos o con la comprensión de la formación socioespacial están amenazados. Es en torno a este análisis que se desarrolla el artículo, organizándose en tres ejes: a) identificar los fundamentos del neoliberalismo; b) indicar cómo los lineamientos neoliberales provienen de una opción por la guerra civil; c) reconocer que la Geografía Escolar –debido a su estatus ético, estético y epistemológico– tiende a ser atacada como un enemigo interno.

Palabras-clave: Geografía escolar; Neoliberalismo; Guerra civil

1 POR UMA FILOSOFIA POLÍTICA DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Preferiria nunca ter que escrever este ensaio, porém não posso seguir sem escrevê-lo.

Impregnada por vertentes cognitivistas, utilitaristas e metodológicas, a Geografia escolar majoritária que vem sendo desenvolvida desde meados da década de 1990 no Brasil carece de análises que a situem no seio de uma série de condições de possibilidade econômicas, culturais e sociais que transformaram a maneira como pensamos os processos de educação, ensino e aprendizagem. Atendendo a interesses imediatistas e/ou pedagógicos, essa área não parece se interessar em geral por perspectivas de trabalho que interroguem de outros modos a contemporaneidade da Geografia ensinada, praticada e pesquisada.

Dentre outras maneiras de pensar a Geografia escolar, um campo que se abre é aquele subscrito pela Filosofia Política da Educação. Não apenas por interesse pessoal

deste autor: conforme o raciocínio que desenvolverei doravante, nos encontramos atualmente na educação pública brasileira em meio a um estado de guerra civil cujas consequências, paradoxalmente, não são percebidas ou, quando o são, discutidas distorcidamente. Como resultado, não apenas perdemos a oportunidade de compreender as estratégias dos antagonistas como, principalmente, nosso trabalho é gradativamente corroído pelas metamorfoses em curso.

Configurado como um dispositivo tático, organizei o texto em torno de três pontas de lança: a) identificar os fundamentos do adversário; nesse caso, refiro-me ao conjunto de princípios que balizam o que conhecemos por neoliberalismo; b) indicar como as orientações neoliberais procedem, radicalmente, de uma opção declarada pela guerra civil; c) instaurar um horizonte no qual se reconhece que a Geografia Escolar – por estatuto ético e epistemológico – tende a ser progressivamente alvejada como um típico inimigo interno. Para subsidiar minhas reflexões, valer-me-ei de autores que tomaram a decisão de compreender o regime de verdade neoliberal não somente como uma diretriz econômica, mas enquanto uma política de subjetividade que captura as pessoas no âmago das suas existências e que as conduz a se portarem enquanto empresárias de si mesmas.

Nesses termos, sombreia o artigo a possibilidade de ativar possíveis linhas de força que articulem a formação docente, a prática pedagógica e o currículo geográfico a pautas que destituam o neoliberalismo do lugar de validador hegemônico dos movimentos educacionais. Ao final das linhas argumentativas também espero poder estabelecer um nexos entre política e Geografia que se constitua enquanto contribuição para uma Filosofia Política da Geografia Escolar.

Antes disso é preciso abrir um rápido parêntese para que eu esclareça do que falo quando me refiro à Filosofia, à política e à Geografia escolar. Não se trata de acoplar tais palavras a sentidos únicos e monolíticos, tampouco abrigar suas características em uma zona de estabilidade. Significa, ao contrário, reconhecer que a polissemia do terreno em que pisamos exige um ajustamento prévio das coordenadas semânticas, calibrando os rumos da linguagem que vai nos orientar.

Comecemos pelo que diz respeito à Filosofia. A sua razão de ser foi alvo de importantes problematizações ao longo da trajetória, de forma que nunca houve – e não haverá – consenso definitivo sobre a tarefa da Filosofia. Por tal motivo, compete ao intelectual expor qual é a concepção que fundamenta sua perspectiva de trabalho. Aqui procuro seguir os princípios de Nietzsche (1998), para o qual a Filosofia não se reduz a uma disciplina particular, a uma ocupação acadêmica ou, principalmente, a um saber privilegiado a partir do qual se avalia o mundo e se pode transformá-lo. Segundo ele, a Filosofia deve estar a serviço da experimentação de diversos pontos de vista e da admissão de hipóteses que resultem em diagnósticos do momento em que vivemos; a tarefa da crítica filosófica é desmontar os argumentos tidos como verdadeiros e trazer à tona os processos que desencadearam a formação dos conceitos e a as finalidades que eles atenderam. Com efeito, o conhecimento é sempre condicionado por uma determinada perspectiva. Michel Foucault, cuja influência nietzschiana na obra é inestimável, diria: “Mas o que é filosofar hoje em dia senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento?” (Foucault, 2014, p. 14).

Pois bem, eis o primeiro princípio do ensaio: balizar o trabalho intelectual tendo em vista identificar as condições de possibilidade referentes à contemporaneidade do tema em tela.

Em segundo lugar, a política. Igualmente não é possível alojar tal noção em bases sólidas e sistemáticas. Alguém como Maquiavel já havia aberto um paradigma em torno da política que se distanciava tanto do horizonte prescritivo, normativo e idealista de herança grega quanto da ética cristã presente no período medieval; o teórico florentino argumentava que a política não pode basear-se em princípios universais e modelos abstratos, mas sim nas maneiras através dos quais os governantes agem efetivamente e as pessoas se governam e se deixam governar (Maquiavel, 2001). Tratava-se de uma novidade metodológica focada na análise do jogo de forças que se chocam em certas circunstâncias específicas, uma relação dinâmica no bojo da vida social que se transforma e se equilibra a partir de uma realidade concreta aberta à interferência dos indivíduos. É, logo, o campo de forças onde os interesses divergentes se enfrentam.

Tal abordagem inspirou diversos filósofos, dentre eles também Michel Foucault. O intelectual francês procurou mapear os modos através dos quais somos governados e nos governamos, entendendo nesse diapasão que a tarefa do pensamento político é a de suspeitar daquilo que estão fazendo de nós e daquilo que nós estamos fazendo de nós mesmos. Nas suas palavras, o estudo da política englobaria então

[...] todas essas diferentes artes de governar, essas diferentes maneiras de calcular, de racionalizar, de regular a arte de governar. O que é a política senão ao mesmo tempo o jogo dessas diferentes artes de governar com seus diferentes indexadores e o debate que essas diferentes artes de governar suscitam? É aí, parece-me, que nasce a política. (Foucault, 2008b, p. 424).

Ao pé da letra, o ativismo político se inicia dando um passo atrás, desembaraçando-se do presente para iniciar uma análise em outra direção, aquela que põe em instabilidade as regras e as condutas de governo. Perspectiva que vai além do Estado (embora não deixe de incluí-lo), isso porque existem múltiplas formas e instâncias por meio das quais os cidadãos são introduzidos nas operações de poder, de modo que as práticas sociais são condicionadas por tecnologias de controle, normalização e moldagem das condutas e subjetividades. Assim, os estudos pautados nesse enfoque têm como objetivo desnaturalizar bases hegemônicas de condução dos sujeitos que, de algum modo, bloqueiem o exercício de agir e pensar por conta própria, a construção do espírito crítico e a percepção de que a realidade social não é estática ou imóvel, mas um processo em contínuo movimento e alternância de equilíbrio.

Finalmente, a preferência metodológica pela terminologia Geografia Escolar é simples de ser explicada, porém não deixa de ser fundamental. Creio que duas noções antecederiam essa escolha: educação geográfica e/ou ensino de Geografia. Ambas seriam insuficientes. No primeiro caso, abarcar-se-ia uma análise ampla do fenômeno educativo e que se estende às relações entre homem, comunidade, sociedade, cultura e mundo; em meio a tais esferas, vários tempos e espaços são capazes de desempenhar a tarefa educativa no sentido geográfico quando integram uns aos outros no espaço; dito de outro modo, não é preciso a passagem pela escola para realizar a educação

geográfica. Ao invés disso está o chamado ensino de Geografia, que possui uma ressonância metodológica interessada em operar pedagogicamente e com qualidade o ato de ensinar e aprender Geografia; ele se forma como uma teoria estruturada e científica em função da ação docente profissionalizada e que se concretiza em lugares institucionalizados; pertencem à esfera do ensino de Geografia questões de metodologia e didática que pressupõem uma formação sólida e atravessada por certos meios para certos fins.

A meu ver, a noção de Geografia Escolar contempla as perspectivas anteriores em condição panorâmica, investigando a epistemologia social que alicerça tanto a educação geográfica quanto o ensino de Geografia em termos dos fundamentos que tornam possíveis a educação *stricto sensu*, a didática, o ensino, a aprendizagem, o currículo, a formação docente e a constituição disciplinar. Não dá conta de todas essas questões, e nem precisaria: o escopo da Geografia Escolar tem mais a ver com a problematização do que se passa no presente e os modos pelos quais ele se tornou o que hoje é. É o caso de questionar as condições de possibilidade e as relações sociais que construíram os discursos dessa formação pedagógica e educacional. A Geografia Escolar está, com efeito, na antessala.

Postas tais diferenciações, considero que a Filosofia Política da Geografia Escolar é o ponto de encontro dessas intersecções e tem como tarefa diagnosticar os limites e os contextos prévios que, de menor ou maior forma, interferem na constituição ontológica, subjetiva e atitudinal de tal campo do conhecimento; impõe-se como pensamento estratégico, pois insiste que as teorias acontecem no bojo de lutas, choques e resistências, de maneira que ela vigora no contrapé das subjetividades assujeitadas, controladas e normalizadas pelas técnicas de poder e os regimes de saber; pleiteia, enfim, nada mais e nada menos do que a abertura de espaços de liberdade.

Parêntese fechado, as seções subsequentes se prestarão a ativar exames teóricos e práticos de nossa condição atual que habilitem para a elaboração de políticas alternativas viáveis para a Geografia Escolar. A unicidade dos tempos em que vivemos, sob a égide neoliberal, impede que recorramos a campos utópicos anteriores

para enfrentar os dilemas do presente; em contrapartida, existem razões evidentes para não aceitar a realidade tal como ela é dada e proposta a nós, visto que tem como correia de transmissão a guerra social. É por tal motivo que urge construirmos ferramentas renovadas para pensar a contemporaneidade e fazer frente à emergência de uma racionalidade violenta, conservadora e que se impõe pela neutralização de forças democráticas, progressistas e emancipatórias.

2 ARSENAIS

A análise que procure entender substancialmente como funciona o neoliberalismo deve despachar, em primeiro lugar, a noção de que ele se trata de um modo de desregulação do Estado e do capitalismo financeiro, bem como de que defende a retirada de dispositivos de intervenção na economia de mercado. Não que não o seja, porém esse enfoque desconsidera o principal: mais do que política econômica, o neoliberalismo é um modo de governo e uma forma de poder que se imiscui em todas as instituições.

Certamente a historicidade apresentada por Harvey (2014) é importante quando descreve o neoliberalismo como um agrupamento de ideias, práticas e normativas cujo objetivo é aniquilar as políticas de bem-estar social levadas a cabo pelos Estados no período pós-guerra. Tratava-se de, a um só golpe, reorganizar teoricamente o capitalismo e restaurar o poder das elites face aos avanços conquistados pela classe trabalhadora. Dentre algumas ações notoriamente conhecidas, estão a extensão geográfica da acumulação flexível a todo o globo, o imperialismo do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial, a reprodução do capital mediante espoliação, a privatização e mercadização de ativos de domínio público e a diminuição do Estado.

A genealogia feita por Chamayou (2020) concorda e vai além: a expansão das diretrizes de segurança social, o aumento da influência dos sindicatos e o pleno emprego tornaram os trabalhadores indóceis e indisciplinados. Amparada por uma rede de sustentação até então inédita no capitalismo, a classe trabalhadora poderia

dar-se ao luxo de desobedecer. Mas não por muito tempo: no final dos anos 1960 vai se construindo um contra-ativismo corporativo permeado por tecnologias de guerra e estratégias de sabotagem, divisão, neutralização e supressão no interior das empresas. O alvo: “uma onda popular que minava a autoridade por toda parte e sobrecarregava o Estado com suas infinitas exigências” (Chamayou, 2020, p. 23).

Embora fundamentais, não é preocupação central dessas análises discutir o neoliberalismo em torno da subjetividade. Nesse eixo, um autor como Michel Foucault vem sendo produtor. Conforme exposto nos cursos Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica – ambos proferidos no Collège de France entre 1977 a 1979 – o pensamento neoliberal é proveniente de uma reação à razão de Estado hegemônica no ocidente europeu a partir do século XVIII. Tal racionalidade se dá com a transição da soberania territorial e disciplinar para as chamadas tecnologias de segurança. Até então, competia ao governante exercer sua gestão perante um território, de forma que fosse garantido seu controle e a sua expansão. Tal lógica entra em crise com a emergência de fenômenos como a expansão demográfica, os problemas sanitários e epidêmicos, o crescimento das cidades e a expansão da economia de mercado capitalista. Sob esse pano de fundo, mais importante do que a demarcação territorial é a implementação de políticas cujos alvos são a população e a circulação de riquezas e mercadorias. O Estado passa a construir e ativar os chamados aparelhos de polícia, ou seja, uma série de instrumentos, leis, regimentos, funcionários públicos e instituições forjadas a fim de a) assegurar o fenômeno urbano, b) regulamentar o comércio, c) disciplinar a população e d) aumentar as forças estatais (Foucault, 2008a).

A formação da economia política liberal teorizará, sobretudo, contra essa razão de Estado; ela se apresenta como uma organização da sociedade civil que visa desobedecer ao policiamento estatal sem que seja preciso extingui-lo. Entre os princípios liberais clássicos estavam limitar ao máximo as ações do governo, demarcar o que lhe cabe e não lhe cabe fazer e reinventar o Estado em termos de utilidade social, interesse individual e validação econômica (Foucault, 2008a). O liberalismo propagado julgava o Estado através de critérios de liberdade e propriedade privada, de forma que

esse contribuísse para maximizar a concorrência natural, satisfazer as necessidades, estimular as trocas e afiançar a propriedade privada. Qualquer outra prática que fosse além desses ditames deveria ser bloqueada. Eis, muito resumidamente, os fundamentos do liberalismo.

O próprio Foucault (2008b) identificaria que a partir da década de 1930 começava a se desenvolver a chamada reprogramação do liberalismo. Afinal, não eram dias bons para o capitalismo: de um lado o nazifascismo, de outro o comunismo soviético; na dianteira, a crise de 1929; na geopolítica, um mundo sob efeitos das duas grandes guerras mundiais; o caminho para a reconstrução: New Deal, Plano Marshall e a social-democracia de viés keynesiano. O liberalismo clássico alcançava seu esgotamento e o mundo estava em ruínas. Urgia uma reconstrução de ideias na contracorrente dos liberais tradicionais.

Com efeito, seja através da escola alemã, seja através da escola austríaca, seja através da escola estadunidense, o campo de economia política que se anunciava propunha não mais pensar o mercado como se fosse algo natural, muito menos defender a troca como fundamento da economia, tampouco inventar formas de limitar a influência do Estado.

O que o fazia diferente do seu antecessor é que o neoliberalismo propunha que o Estado, bem como as pessoas e os agrupamentos da sociedade civil, deveriam se governar e se conduzir em nome da economia. E essa não funciona a contento quando os indivíduos trocam mercadorias entre si, mas sim quando estão competindo uns com os outros. Competição que não acontece naturalmente: ela deve ser construída, criada, expandida, encorajada. Não à toa, os teóricos neoliberais fundadores - Von Mises, Hayek, Eucken, Rustow, Ropke, etc. - sinalizam a ética empresarial como princípio deontológico para a sociedade. Para Foucault (2008b, p. 203), “é essa multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constitui o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade”.

A racionalidade estava posta por intermédio de quatro características centrais (Dardot, Laval, 2016; Foucault, 2008b). A primeira é que se deve construir o mercado,

ao invés de considerá-lo como algo orgânico. A segunda é aquela conforme a qual a concorrência deve ser difundida entre todas as esferas da vida cotidiana. Em terceiro lugar, o Estado tanto se submete ao tribunal permanente do mercado (que audita suas ações) como ele próprio precisa portar-se como uma empresa. Finalmente, dado que a empresa é o modelo a ser seguido, a subjetividade de cada um é produzida na esteira de um permanente empreendedorismo; o sujeito ideal é aquele que trabalha pelo aumento da performance e pelo crescimento do desempenho, um operador de cálculos em termos de custo-benefício cujo aprimoramento do capital humano visa mantê-lo competitivo.

Isso não significa destituir o poder estatal e as suas instituições de influência: deve ele reformular-se tendo em vista governar para a economia e estar a serviço dela. Ele pode inclusive se fortalecer, só que numa outra lógica de gestão: governar pelo gerenciamento, governar pelas normas, governar pelos números, governar pelos algoritmos, governar pela avaliação, governar pela auditoria... O leque de abordagens é variado, mas nenhuma delas supõe a retirada do Estado da sociedade, tampouco sua capacidade de intervenção – que, frequentemente, é alargada. Associado às performances financeiras e ao mercado de ações, esse Estado passa a operar por meio de instrumentos e tecnologias que ele mesmo elabora para dar conta de índices e métricas; ele repousa sobre uma engenharia política e uma arquitetura institucional que molda o ambiente a fim de torná-lo propício aos negócios.

Tal arte de gerenciamento estratégico do ambiente social encontra no empreendedor seu tipo perfeito. Arquétipo de trabalhador que representa a mais recente mutação do capitalismo, constitui-se enquanto um sujeito que explora a si mesmo com o fito de aprimorar o desempenho. Forma de subjetividade que tem a ver com uma instância de governo psicopolítica na qual aquele que busca ser empresário de si mesmo gerencia a própria vida para ser cada vez mais eficiente (Han, 2018). A coerção não se dá apenas exteriormente, o poder não se encontra num lugar hierárquico ao qual se pode apontar e, a partir daí, resistir ou mesmo destronar. Com a virada proposta pelo regime neoliberal, o sujeito contemporâneo é o melhor fiscalizador de si próprio, já que ele mesmo se supervisiona, se compara e se mede.

Nesse direcionamento engendrado pelo sujeito-empresa, o investimento performático na formação está ancorado na contabilidade de ganhos e perdas, de prospecção de lucros e de novos mercados.

Por conseguinte, a concepção conforme a qual o Estado deveria compensar e minimizar as injustiças estruturais já não é considerada como algo indiscutível. Tratar o desemprego como um problema a ser solucionado atravessa novas definições. Como explicado por Silva Junior (2020), não só as funções sociais mantidas pelas instituições estatais são olhadas como formas viciadas que fomentam a preguiça, a infantilidade e a dependência econômica, como também o próprio desemprego passa a ser entendido como algo que tem certa utilidade, já que são nas épocas de crise que as iniciativas inovadoras e empreendedoras acontecem. Portanto, há que se naturalizar o desemprego e a precarização social, visto que são características do capitalismo que não devem ser alvo de intervenção direta.

Se a construção teórica do neoliberalismo avançava com desenvoltura em eventos como o Colóquio Walter Lippmann (1938) e os seminários organizados pela Sociedade Mont Pèlerin - cuja fundação em 1947 tinha como objetivo a difusão dos princípios renovadores do liberalismo -, na prática a conjuntura oferecia obstáculos à doutrina.

Após a Grande Guerra a economia teve um espantoso crescimento em termos globais, elevação que decorria de fatores como fontes energéticas baratas, a expansão da atividade metalomecânica, a reestruturação tecnológica industrial, a implantação do fordismo em grande escala, o financiamento do comércio por organismos internacionais e, não menos importante, a massificação do consumo de bens duráveis inspirados no american way of life.

O Estado, por seu turno, passava a intervir na economia através de políticas monetárias e fiscais, estimulando a industrialização e fomentando a modernização das cadeias de produção e das logísticas; já a classe trabalhadora encontrava guarida em mecanismos de aposentadoria, seguro-desemprego, crédito ao consumidor, salário mínimo, etc. O mercado ia se democratizando, o que levaria um intelectual

do porte de Hobsbawm (1995) a denominar o decurso de 1949 a 1973 como a Era de Ouro do Capitalismo.

Consequentemente, não existiam condições oportunas para a popularização do pensamento de Mises e companhia. Previsivelmente, “eles perdem. Para desgraça deles, o pós-guerra será keynesiano. E eles limitarão se a pregar no deserto, ou quase, durante três longas décadas” (Chamayou, 2020, p. 346).

Friedrich Hayek antecipava esse problema, tanto que ele diria em várias passagens da sua obra que a primeira batalha a ser vencida pelo neoliberalismo seria no campo das ideias, sendo que tal vitória poderia levar algumas décadas e depender de aproveitar momentos históricos convenientes. É por esse motivo que o alvo inicial era o território acadêmico, ambicionando formar intelectuais, contrapor os existentes e capacitar pensadores e professores afinados com a nova agenda. Guerra de ideias, guerra de ideologias. Com o passar dos anos, uma verdadeira comunidade intelectual alinhada aos interesses empresariais se alastraria por intermédio de organizações militantes focadas em influenciar o processo político (think tanks), tal e qual com a criação em escala internacional de representações como a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos.

Na virada da década de 1960 para 1970 os ventos passaram a soprar favoravelmente no tocante ao neoliberalismo. A desaceleração do crescimento econômico bancada pelo teor keynesiano e sustentada no Estado de Bem-Estar Social se deu por fatores inerentes ao capitalismo, como a diminuição do consumo de bens duráveis, o estreitamento das diferenças entre tecnologias centrais e periféricas, o aumento da competitividade dos países europeus e asiáticos e o esgotamento do modelo de industrialização vigente. O pleno emprego ficava para trás. As políticas previdenciárias e de provimento de serviços básicos à população encontravam limites com o enxugamento das despesas públicas, que haviam crescido de forma desmedida e passariam a ser alvo de crítica e redução.

Outros elementos não podem ser negligenciados: o início da crise ambiental, a maneira como os ideários socialistas haviam sido apropriados pelo Socialismo Real

chancelado pela União Soviética, os movimentos contraculturais posteriores à Guerra Fria, a desconfiança com os poderes do Estado...

Enfim, de ordem econômica, política, social ou cultural, razões não faltavam para identificar uma transformação estrutural que oportunizaria ao neoliberalismo sair dos auditórios empresariais e dos círculos da elite para avançar enquanto procedimento de Estado, modelo de conduta e política de subjetivação. A história, daqui para frente, foi amplamente documentada. Primeiramente com Pinochet no Chile e, após, com Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, tais experiências foram sendo consideradas como laboratórios neoliberais, servindo como exemplos das benesses engendradas pelos mecanismos do neoliberalismo. No crepúsculo do século XX, a difusão em larga escala desses princípios de governo transformaria o vocabulário social, tanto que valores ancorados na social-democracia como a igualdade, a justiça social, o pleno emprego e a intervenção estatal na economia seriam tratados com suspeita ou ojeriza. Não mais importando a formação socioespacial ou o nível de desenvolvimento econômico, para todos os males e sintomas a conversão ao neoliberalismo se apresentava como a única alternativa viável, como se, a rigor, nada mais pudesse ser feito ou pensado.

Olhando retrospectivamente a maneira como se deu a adesão dos países da América Latina e de outras economias em desenvolvimento às políticas neoliberais, assim como a crescente popularização do empreendedorismo e do culto à empresa na dinâmica social, parece que esses fenômenos foram acontecendo sem sobressaltos e pacificamente. Em muitos casos, não deixa de ser verdade: os já citados exemplos ingleses e estadunidenses, como também as viradas neoliberais em importantes economias europeias (caso em especial da França), se deram no seio de democracias representativas. A adesão à nova política de sociedade aconteceu voluntariamente e tal ruptura se deveu, como inferido por Laval (2020), ao fato do neoliberalismo se exhibir como uma resposta inédita à crise civilizacional denunciada pelo Maio de 1968, movimento que não pode ser reduzido tão somente à aversão pelo Estado.

Para além de tal ótica, o neoliberalismo paradoxalmente fez parte de uma luta social e cultural em nome da liberdade, o que poderia significar a inclusão do domínio sexual, econômico e cultural à pauta política, sem esquecer as demandas das mulheres, dos estudantes, dos doentes, dos presos, etc. Querendo ou não, diversos setores da sociedade encontraram no neoliberalismo “uma coerência possível, a um só tempo, teórica e prática” (Laval, 2020, p. 133). Tal conversão ocorre mesmo que ele não seja uma estratégia de contracultura, mas explicitamente uma saída à direita que submete a política social às regras do mercado.

Todavia, a ampliação das perspectivas de análise a respeito do objeto de estudo presume considerar que o pensamento neoliberal está ancorado numa série de estratégias políticas que visam neutralizar e/ou derrotar inimigos perfeitamente identificáveis. O neoliberalismo vem requerendo experimentações autoritárias, mecanismos de repressão e tecnologias de guerra como condição de funcionamento. Para assegurar a concorrência e viabilizar a liberdade empresarial, certos atores e instituições sociais devem ser banidos e desmantelados, nem que isso se dê à custa de violência e regimes excepcionais. Pois bem, é com essa abordagem que dou sequência à problematização. Questão de método, mas principalmente porque é através dela que podemos nos aproximar do caso brasileiro e da Geografia Escolar.

3 A POLÍTICA NEOLIBERAL COMO TÁTICA DE GUERRA CIVIL

Ao designar o que se entende por guerra civil, estou me valendo das passagens presentes em *A sociedade punitiva* e *Em defesa da sociedade*, cursos nos quais Michel Foucault propõe discutir esse conceito como uma construção discursiva que aponta para inimigos internos formados por cidadãos contrários aos interesses de certos poderes. O filósofo francês vai a contrapelo tanto de Hobbes - cuja noção é a de que a guerra civil faz com que a sociedade retorne ao estado de natureza -, quanto daqueles que entendem esse confronto como uma batalha entre dois exércitos no interior de um território. Foucault (2015) pressupõe a guerra civil como condição para o exercício do poder, como se ela fosse um princípio que o investe e que está no seio

da política exercida. A política dá continuidade ao conflito social por outros meios, retroalimentando uma “frente de batalha que perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém” (Foucault, 1999, p. 59).

Posto que no prisma foucaultiano a guerra civil acontece de maneira difusa e desconcentrada, as estratégias e os meios de confronto vão se diferenciar conforme o espaço e o tempo de cada território; é complicado compreendê-la através de esquemas dualistas, já que ela se alimenta das mais variadas clivagens sociais. Mas algumas características se fazem presentes em comum, principalmente aquelas relacionadas aos procedimentos que visam o enfraquecimento do rival em nível social, étnico, político, jurídico e moral.

Ao longo da história do capitalismo, os exemplos não faltam e são conhecidos: o imperialismo colonial, o racismo, a purificação de corpos, o extermínio de grupos étnicos, os regimes totalitários, a escravidão e a eliminação de inimigos estatais, não esquecendo também de comunidades inteiras que são deixadas para morrer (Mbembe, 2016). Isso porque o capital possui em igual medida a capacidade de criar e destruir, de produzir e guerrear; a continuidade das forças produtivas depende de estabelecer um continuado triunfo sobre as classes e grupos subalternos. As transformações benéficas às demandas capitalistas dependem de subjetividades devastadas, de projetos políticos estraçalhados, de espaços ocupados à força (Lazzarato, 2019).

Talvez a maior novidade do neoliberalismo seja a de que não só ele expressa conflitos violentos nas suas práticas como, abertamente, realiza uma declaração de guerra aos seus oponentes, sendo que ela se dá com base em desenvolvimento teórico e metodológico. É o que sinaliza Wendy Brown. Debruçada sobre os marcos conceituais dos fundadores da política neoliberal, a intelectual estadunidense esmiúça tal configuração por meio de um tripé de ações, qual seja: o desmantelamento da sociedade, o destronamento da política e a empresa privada como norma geral (Brown, 2019).

Inicialmente, a concepção do meio social como o local em que cidadãos de origens e recursos desiguais se reúnem para pensar a justiça e o bem comum é um dos alvos do neoliberalismo. Margaret Thatcher resumiu ordinariamente esse princípio em 1987 – “o que é a sociedade? Não existe essa coisa” -, porém a então primeira-ministra inglesa repetia aquilo que já havia sido arquitetado antes por pensadores como Hayek e Friedman. Para eles, eis um termo sem sentido: as cooperações humanas surgiram das relações entre indivíduos que foram, por sua vez, mediadas organicamente pelo mercado e pelas tradições familiares. Chegou-se até aqui enquanto civilização através da moral capitalista, da competição entranhada na economia e, não menos importante, da liberdade dos sujeitos. Nesse sentido, a crença na ideia de sociedade produz efeitos contrários aos princípios. Dado que as forças originárias do capitalismo residem nos indivíduos e nas famílias, a noção de sociedade precisa ser negada e, sobretudo, desmantelada; os serviços bancados pelo Estado devem ser privatizados, a legislação em prol da igualdade deve ser revista e os indivíduos devem ser “desmassificados”, o que significa ativar uma capitalização humana em larga escala, engendrando uma multidão de empreendedores que assumem o que antes era encabeçado por instituições estatais. Nessa teia dispersa e fragmentada de unidades familiares econômico-morais, o social se transforma em uma “ficção tóxica que anima o monstro destruidor de liberdade de um Estado invasivo” (Brown, 2019, p. 62). Deve-se derrotar o tecido social, liberando assim os indivíduos para que zelem por seus interesses, se responsabilizem por suas ações e sejam congratulados (ou não) pelos seus esforços.

Contudo, não basta desmontar a estrutura social sem desacreditar a sua principal correia de transmissão: a política. Se a política, desde as concepções antigas, vem sendo identificada como um amplo espectro de ações, valores, deliberações e encaminhamentos a partir dos quais a existência comum é estruturada, ela será tratada pelos neoliberais com desconfiança, quando não de modo abertamente hostil.

Sabemos que é na esfera do debate político que a possibilidade democrática acontece e é resguardada, ela é o espaço para o qual se reserva a representação e a

defesa de direitos e deveres, bem como para o distensionamento de forças contrárias no âmbito econômico, social, cultural e social. Não há como separar a política da democracia, pois a segunda se concretiza pelas partilhas de poder continuadas e cultivadas pela primeira. Temos aí, é claro, uma noção presente de sociedade.

Porém, se vimos que para os pensadores neoliberais esse conceito não passa de uma ficção a ser desconstruída, semelhante tarefa deve ser realizada no tocante à política democrática. Projetada como atividade coletiva que se abastece das mais diferentes representações sociais, a democracia se revela como um freio e uma coerção tanto ao mercado quanto às liberdades individuais. Colocada como se fosse um valor em si mesmo, ela nada mais é do que um método de governo submisso às demandas de certos movimentos sociais à custa de outros: a soberania popular é vista como um conto de fadas pelos neoliberais, pois o político atua mediante pressão, o que lhe impede de tomar decisões técnicas (Brown, 2019). Mais grave: ele termina por interferir naquilo que existe de mais original e espontâneo na economia, isto é, a competitividade. É preciso blindar o mercado da política e é preciso, para tanto, reformar o Estado em aspectos de governança.

É interessante a maneira como Friedrich Hayek constrói uma arquitetura conceitual para justificar o projeto de um Estado neoliberalizado. Para ele, democracia e liberalismo são noções opostas que precisam ser semanticamente clarificadas (Hayek, 2018). O contrário de democracia é autoritarismo e o oposto de liberalismo, por seu turno, é totalitarismo. Nessa lógica, uma democracia pode ser totalitária, especialmente quando abrange o controle sobre todos os aspectos da vida. E um liberalismo pode ser autoritário, mas isso não é necessariamente ruim quando conjecturamos um Estado que é forte na defesa do mercado e na proteção dos interesses privados, mas limitado nos seus poderes por uma ordem prévia que lhe investe. Com tal reengenharia, o economista austríaco autoriza a um só golpe a formação do liberalismo autoritário. Neste modelo aventado por Hayek, a política é destronada por uma expertise técnica, enquanto o poder estatal é desdemocratizado em prol de certa constituição econômica e tecnocrática, assegurando uma gestão funcional que esteja distanciada das demandas

sociais momentâneas (Brown, 2019). A ordem liberal autoritária desvia o Estado da contestação popular e do alcance legislativo para submetê-lo, opostamente, aos negócios, aos interesses do mercado e à disciplina da competitividade. Resta à política se sujeitar às métricas e coordenadas econômicas.

Em terceiro lugar, difundir a empresa privada como norma geral diz respeito à convergência entre tradição moral, família, propriedade e capitalismo. Muitos analistas tendem a caracterizar a associação entre neoconservadorismo e extrema-direita com o pensamento neoliberal como um encontro conveniente ao momento eleitoral, ou mesmo um acidente de percurso. Entretanto, Wendy Brown coloca que essa parceria não é fortuita, mas sim corolário justificado do ponto de vista epistemológico; em diversas passagens da obra de Hayek, por exemplo, encontram-se referências à herança moral e à crença na propriedade como pilares da civilização moderna. O êxito do capitalismo consistiu em aglutinar elementos que já estavam presentes na família, como a autoridade, o desenvolvimento pessoal, a disciplina e a inovação: o mercado se fez sobre regras asseguradas em termos evolutivos. São os chamados pré-requisitos da vida moral: liberdade, propriedade e tradição (Brown, 2019). Assim sendo, o que há de melhor foi proveniente do núcleo familiar e não, ao contrário, da política e da democracia social. Nunca houve um grande projeto social e coletivo, apenas a organização espontânea e provisória de indivíduos em busca dos seus interesses e das suas liberdades.

Com essa argumentação conservadora, a alvorada neoliberal infere que a modernidade se deu apesar dos ideários políticos, sociais, igualitários e estatistas. É por tal razão que cabe à reprogramação do capitalismo reivindicar uma transformação social alicerçada em códigos de conduta derivados das tradições morais e das regras do mercado. Convenções heteropatriarcais, enclaves raciais, relações de parentesco, acumulação de propriedade e herança são tidas como evoluções adaptativas que, combinadas ao capitalismo, resistiram ao tempo e obtiveram sucesso. Logo, é missão importante no neoliberalismo limitar o Estado e se opor à ideia de soberania popular. Não apenas: é hora também de “instalar o mercado e a moralidade nos locais em

que a sociedade e a democracia outrora se encontravam por meio do princípio da liberdade” (Brown, 2019, p. 132).

A ampliação do modelo da empresa à esfera familiar é o meio pelo qual o neoliberalismo consegue enfraquecer o Estado de Bem-Estar e, ao mesmo tempo, tanto “familiarizar” quanto “mercantilizar” a vida cotidiana. Visto que na prática o que existe e funciona são os indivíduos e as suas famílias, devem por terra cair as concepções de laicismo, igualdade, inclusão e pluralidade, enquanto a desigualdade, a exclusão e apropriação privada do comum pertencem à ordem natural das coisas e devem ser legitimadas. A privatização econômica de domínios até então circunscritos à vida pública fica autorizada, pois como a famílias são responsabilizadas pelas suas decisões, disciplinadas pelos riscos do mercado, congratuladas por suas iniciativas pessoais e porque, enfim, são elas que vão arcar com as consequências, então se subentende que é do direito delas escolher os serviços prestados no tocante à saúde, segurança, educação, previdência, etc. O núcleo familiar se transforma no ponto de partida para que cada um dos seus membros aplique no seu próprio capital humano; transmuta-se em um ponto de chegada cujo ápice é a formação da empresa. O sujeito empreendedor está liberado da responsabilidade cidadã e solidária bancada pelas instituições públicas, para que possa buscar a maximização do lucro e calcular os custos e benefícios das relações. Em voo solitário, tal como uma verdadeira empresa.

Sem perturbações políticas, sociais, coletivas e sindicais, o mundo formado por uma “multidão de empresas” estaria pronto para adentrar numa lógica na qual a competição é a regra de base e o Estado, por sua parte, pratica um governo sem cidadãos, conflitos ou deliberações políticas, cabendo-lhe apenas administrar a concorrência e estar a serviço do mercado.

A maneira como o neoliberalismo construiu sua perspectiva filosófica dá a entender que de fato a despolitização da sociedade e a economização de todas as esferas da existência seria um substrato natural das relações humanas. No entanto, “essa norma não nasceu espontaneamente em cada um de nós: não é biológica, é efeito de uma política deliberada” (Dardot, Laval, 2017, p. 12). Desconsiderar a historicidade

das relações de poder presentes na teoria política é um erro conceitual cujos efeitos incorrem no enfraquecimento do pensamento comprometido com a justiça social e a socialdemocracia. De forma semelhante, também negligencia as formas violentas, bélicas e autoritárias por meio das quais a doutrina neoliberal vem se impondo nas últimas décadas. Em outras palavras: fazendo a guerra civil.

Ainda que se conjecture hipoteticamente que a neoliberalização tenha se dado com consentimento e adesão da classe trabalhadora, a raiz da sua racionalidade se assentava sobre uma base altamente problemática. Michel Foucault, antes de muitos outros, já dizia na aula de 14 de fevereiro de 1979 no Collège de France que a generalização da forma-empresa carregava consigo uma diretriz que enformaria a sociedade numa grade de conflitos permanentes. Nas palavras do filósofo,

Quanto mais você multiplica a empresa, quanto mais você multiplica os centros de formação de uma coisa que como uma empresa, quanto mais você força a ação governamental a deixar essas empresas agirem, mais, é claro, você multiplica as superfícies de atrito entre cada uma dessas empresas, mais você multiplica as ações de contenciosos, mais você multiplica também a necessidade de uma arbitragem jurídica. (Foucault, 2008b, p. 204).

Como sabemos, o que na época do curso Nascimento da biopolítica aparecia como motivo de alerta se transformou em conjuntura predominante na qual as desavenças sociais não mais se resolvem através do diálogo consensual e do engajamento pelo bem comum, mas sim através de batalhas na arena jurídica. Não somente isso: a elaboração estimulada de um cenário permeado de competitividade serviu como gatilho para a proliferação de subjetividades racistas, sexistas e neofascistas, deslocando para o terreno étnico e identitário o que é causado, a rigor, por questões econômicas.

Entretanto, tal atualidade belicosa teve como uma das suas condições de possibilidade um período de transição de aniquilamento coletivo de subjetividades, a devastação de projetos políticos feita de forma sangrenta e genocida. A experiência chilena é um dos exemplos mais ilustrativos, posto que a aplicação do neoliberalismo frentada pelos Chicago Boys dependeu de um intervencionismo prévio que objetivava

massacrar aqueles que não se submetiam ao mercado; tratava-se, diz Lazzarato (2019), de derrotar adversários políticos a fim de que os economistas neoliberais pudessem se aproveitar de uma “tábula rasa subjetiva” para testar receitas como liberalizar exportações, privatizar bens públicos, desvalorizar a moeda e desmontar direitos trabalhistas e previdenciários.

Essa chave de leitura serve para entender a ascensão de outras ditaduras na América do Sul na segunda metade do século XX. A construção do mercado e a exortação à iniciativa individual nesse continente se fez declarando guerra à própria população, desmantelando a liberdade política e desbloqueando travas que impedissem a liberdade de negociar, empreender, investir, especular e expropriar. O celebrado empresário de si foi sendo edificado em um quadro de espoliação da força de trabalho e dos direitos enquanto cidadão, de forma que ele passaria a assumir solitariamente os riscos e custos de uma vida empobrecida, endividada, individualista e culpabilizada. Condição que não seria de exceção, mas de regra geral de funcionamento do neoliberalismo experimentado preliminarmente nos governos autoritários ao sul do Equador, até mesmo porque a sobrevivência da máquina neoliberal implicava pôr em perigo a vida humana, sacrificando os poucos serviços e direitos conquistados pela classe trabalhadora. Com efeito, no centro dessa guerra civil estava o projeto de destruir os mecanismos de proteção social, substituindo-os por medidas como a privatização da previdência, o empresariamento dos trabalhadores e a individualização da política (Lazzarato, 2019).

Para tal finalidade, o neoliberalismo recondicionou o Estado e inclusive o fortaleceu, já que procedimentos subjacentes à guerra civil contra certas camadas da população aconteceriam por meio de ataque aos direitos sociais, além do uso de táticas de repressão policial. Ativou-se uma ampla estrutura militarizada, jurídica e política cujo propósito era a supressão de uma parte dos governos, que foram tratados como inimigos internos. Nada que não estivesse previsto nos planos originais da empreitada neoliberal: muitos dos seus teóricos não viam problema algum se o mercado concorrencial, para garantir a sua existência, tivesse que apoiar

medidas excessivas ou se aliar a políticas autoritárias que violassem direitos humanos elementares (Dardot *et al*, 2021). Até porque a reconstrução da sociedade sob a égide do neoliberalismo depende de uma gama de procedimentos que, sem um aparelho estatal robusto, dificilmente aconteceriam espontaneamente. Foi o que aconteceu no Chile após o golpe de 1973: as instituições de Estado não foram enfraquecidas e sim fortalecidas no sentido de expandir o poder disciplinador do mercado. Para tanto, seguiu-se a cartilha de arautos como Hayek e Friedman, no sentido de que a economia deveria ser despolitizada e a democracia limitada.

Os neoliberais debateram a respeito da criação de dispositivos institucionais que contivessem a soberania popular e garantissem o livre-funcionamento do mercado. Idealmente que fosse pela via do destronamento da política ou do desmantelamento do Estado Social, mas não nos enganemos: a liberdade da economia precisa acontecer a qualquer custo e custe o que (e a quem) custar, nem que seja necessário reprimir pela violência aqueles que possam prejudicá-la. Todos devem de uma forma ou de outra aceitar a ordem concorrencial; caso ela esteja ameaçada, a coerção seria admissível, quando não obrigatória. Não deveria causar surpresa que os célebres neoliberais Ludwig Von Mises, Wilhelm Röpke e Friedrich Hayek tenham tecido elogios ou justificativas atenuantes em relação, respectivamente, à escravidão, ao apartheid e ao golpe de Estado no Chile (Dardot *et al*, 2021). Para proteger o capital da visão social-democrática valeria tudo: no processo de degradação dos direitos humanos básicos residiria o raciocínio de que a boa performance econômica é uma regra de ouro que se sobrepõe aos coletivos de solidariedade.

Em resumo, governar contra a população vem sendo pré-requisito para muitas das reformas e políticas neoliberais e esse imperativo, de forma alguma, se fez acidentalmente ou sem intenções previamente estabelecidas. Ao contrário: a implementação das ditaduras latino-americanas serve como fato histórico que exemplifica como a neoliberalização é uma construção edificada com pulso firme, mão pesada e condução, amiúde, brutal. Porém, para entendermos essa intrínseca vontade de guerra tem que se inverter ou ampliar algumas noções, como é o caso da

que se refere à guerra civil. O modelo hobbesiano apresenta esse conflito como uma guerra de todos contra todos, e é por isso que o mesmo se torna insuficiente para analisar o processo neoliberal; nesse, o que está em curso é uma extensa guerra social “dos ricos contra os pobres, dos proprietários contra aqueles que não possuem nada, dos patrões contra os proletários” (Foucault, 2015, p. 21). Apropriando-se do poder estatal, fortalecendo seu aparelho-penal e destituindo-o da base social e política, esses grupos vêm conseguindo combater e neutralizar os rotulados inimigos internos.

Só não negligenciemos que existem outras formas de travar a guerra civil que não fazem uso coercitivo da força: as estratégias colocadas a serviço da guerra neoliberal funcionam também discursivamente, juridicamente e administrativamente, caminhando em paralelo com os dispositivos policiais e militares. É por intermédio de tal modulagem que analiso a introdução do neoliberalismo no Brasil, bem como os rebatimentos que aí se dão na educação e, especialmente, na Geografia escolar.

4 ESPECIFICIDADES DO NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA

O neoliberalismo vai muito além de uma política econômica, pois ele procura estender os seus domínios às mais vastas áreas da existência, reformando radicalmente a sociedade. Exatamente por tal motivo que não há como falar de um desenvolvimento homogêneo dessa prática: em cada formação socioespacial ele progride de maneira diferente, a favor ou contra certas circunstâncias. É o caso do Brasil.

Entre os anos de 1964 a 1985, sob o comando de um governo que foi alçado por golpe civil-militar, aconteceria na maior parte do tempo uma confluência de interesses entre as elites brasileiras e o Estado. Diferentemente das outras experiências latino-americanas, no Brasil o neoliberalismo não se viu em condições ideais de experimentação porque as forças econômicas hegemônicas se viam atendidas e representadas por um Poder Executivo que, por sua parte, aproveitava-se de um ciclo de expansão do capital em escala global. A ditadura brasileira, assim, permitiu-se principalmente na sua primeira década adotar um caráter desenvolvimentista (investimento em energia e infraestrutura, expansão de bens de consumo duráveis,

etc.) e, simultaneamente, atender aos interesses da burguesia interna e externa, com um crescimento que se dava com financiamento externo e concessão de crédito aos consumidores. Por outro lado, o Estado manteve a tradição de desenvolver a economia se apoiando na pilhagem do meio ambiente, no arrocho salarial de uma abundante mão de obra barata, na agricultura de exportação, na dependência de tecnologia externa no setor industrial e na violação frequente dos direitos humanos (Saad Filho, Morais, 2018). Ora, que sentido faria pensar em neoliberalismo quando o contexto era tão conveniente e favorável à classe dominante?

Foi apenas em meados da década de 1980 que, sob o impacto do crescimento da dívida externa, o projeto desenvolvimentista e autoritário entrou em decadência, causando o corte em investimentos sociais, a hiperinflação e a deterioração dos serviços públicos. De uma parte, a economia se viu enfraquecida pelo declínio do produto interno bruto, pela inflação e pela dívida externa. De outra parte, generalizou-se na população a percepção de que a concentração de renda havia aumentado naqueles anos, enquanto a melhoria material foi insuficiente. Soma-se a tais fatores casos que vinham à tona no tocante ao terrorismo de Estado, bem como as denúncias realizadas em organizações internacionais de defesa dos direitos humanos. A complexidade desses elementos sinalizava novos tempos para a República. Época propícia para restaurar a democracia. Paradoxalmente, momento oportuno para a emergência do neoliberalismo à brasileira.

Para que possamos compreender a peculiaridade histórica, é preciso retornar aos princípios da Carta Constitucional de 1988. Não mais conseguindo breçar as forças coletivas reprimidas até então, a Nova República deveria se ancorar numa base estatal de bem-estar distributiva e universal cujo sistema garantiria legalmente e administrativamente a provisão de bens e serviços públicos essenciais, como proteção social, aposentadoria, moradia, educação e saúde, além de aprimorar a segurança do trabalho mediante a limitação das jornadas, a proteção contra a demissão arbitrária, os pisos salariais, o pagamento de horas extras, as férias remuneradas, as licenças garantidas e o direito à greve (Saad Filho, Morais, 2018).

Por óbvio, esse arrojado programa de provisão pública demandada por movimentos sociais dependeria tanto de uma estrutura de financiamento quanto de alterar a lógica vigente que privilegiava os interesses das classes dominantes. Consequentemente, ao fazer coro contrário aos artigos constitucionais que impunham despesas mínimas em saúde, educação, segurança e seguridade social, bem como da vinculação de impostos e outras contribuições a tais programas, o que se viu na sequência por parte das elites foi uma série de ataques e pesadas críticas à Constituição e ao incipiente Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Agora, porém, havia a resistência da nova esquerda emergente, um amplo, atuante e diversificado grupo de ativistas formado por organizações estudantis, coletivos rurais e urbanos, partidos, organizações não-governamentais e intelectuais progressistas. Esses atores haviam conquistado um lugar na mesa de negociações, e de lá não saíam. As elites constataam que passava da hora de reagir.

Todavia, a investida se inspiraria de início em tons hayekianos, isto é, no terreno das ideias: essa era a guerra inicial a ser enfrentada. Como o economista austríaco havia preceituado, até que as condições se fizessem possíveis, seria fundamental que o pensamento neoliberal fosse consolidado ideologicamente através de uma rede de organizações, representantes intelectuais, cursos, think tanks, publicações e participações midiáticas; a solidificação do novo liberalismo enquanto alternativa de sociedade dependeria de amadurecimento que engendrasse a prática, no futuro, como um valor geracional dominante. No Brasil, o estabelecimento dessa doutrina chegou atrasada em relação a outros países e em um contexto no qual a pauta constituinte e o processo de redemocratização avançavam com intensidade. Não havia o tempo necessário de aperfeiçoamento recomendado por Hayek, mas isso não significa que a batalha não tenha sido encampada com entusiasmo pelas elites nacionais.

Em pesquisa de fôlego, Gros (2002) inventaria os compromissos fundadores do neoliberalismo brasileiro se debruçando nos documentos das principais organizações criadas no período: o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o Instituto Liberal de São Paulo, o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, o Instituto de Estudos Empresariais, a Sociedade

Tocqueville e o Instituto Liberal de Brasília. Tendo em comum a inspiração teórica de Hayek e Mises, são organizações lideradas por grandes empresários, financiadas pelos maiores grupos econômicos do país e que se assentam sob duas bases valorativas: a defesa da liberdade e da democracia. No entanto, é importante frisar que essas noções são tratadas através de uma ótica neoliberal: no tocante à liberdade, ela nada mais seria do que uma vida livre em termos econômicos, isto é, liberdade para empreender e possuir propriedade privada; em relação à democracia, tal conceito é alavancado pela economia ao invés de pensá-lo em um viés coletivo: tais institutos atrelavam a democracia à desregulamentação do mercado, à limitação dos poderes dos representantes políticos, à descentralização dos recursos e à responsabilização dos indivíduos pela gestão dos seus investimentos. Ambas as noções partem do pressuposto de que deve haver uma supremacia do indivíduo sobre a sociedade.

Como se percebe, esses valores de base preconizados pelos institutos liberais iam à contramão do que se legislava na Constituinte. Eles criticavam a dubiedade presente na Carta, dado que ao mesmo tempo em que ela garantia os direitos de propriedade e da economia de mercado, presumia a intervenção paternalista, assistencialista e burocrática do Estado em assuntos para os quais ele não tem capacidade de resolver nem competência para regular. Não por acaso, o foco dos fóruns, livros, seminários, colóquios, ensaios jornalísticos e cursos bancados pelos institutos liberais tinha como meta desconstruir a Constituição de 1988 no que se refere às políticas públicas, apresentando particularmente ideias para o trabalho, a educação, a saúde, a previdência e o ambiente (Gros, 2002).

Para a legislação trabalhista, tratava-se de flexibilizá-la para igualar as partes contratantes na negociação salarial sem a presença mediadora e restritiva dos sindicatos e de dispositivos legais. O modelo de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) reforçado pela Constituinte era considerado demagógico, corporativista, inflexível e descompassado com a liberdade de mercado e com o dinamismo da revolução tecnológica; seus efeitos foram sendo contrários ao esperado, engendrando desemprego

e o aumento de trabalhadores no mercado informal. Além disso, tal legislação protegia demasiadamente o empregado sem se preocupar com o empresário.

De forma semelhante, o campo neoliberal emergente via com muita desconfiança o jeito como o Estado de Bem-Estar Social ensejado pela Carta de 1988 intervinha no funcionamento social. A linha de atuação dos neoliberais, nesse sentido, advogaria pela transferência das obrigações sociais do Estado para a sociedade civil, estando o setor privado incumbido de prestar tais serviços. A previdência social seria substituída pelo sistema de capitalização, a saúde pública deve ser encampada pela esfera privada, a as redes de ensino ficariam a cargo do mercado de serviços educativos e a questão ambiental, finalmente, precisa afastar-se do ativismo ecológico, pois esse, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, conspira contra o mercado, o progresso e as liberdades individuais (Gros, 2002).

Sem dificuldades, consegue-se identificar em tais projetos uma volumosa incorporação dos bens e serviços públicos pelos setores privados, de forma que essas atividades se transformariam em prestações de serviço reguladas pela competitividade da economia de mercado.

Analisando as contradições deste momento histórico que foi a transição da ditadura à democracia no Brasil, bem como o processo de elaboração constitucional, identifica-se na a incompletude desse projeto. Eis, também, a singularidade do neoliberalismo nesse país. Afinal, o que para muitos seria o pináculo de uma conquista – a promulgação da Carta de 1988 – transmutou-se num reinício da batalha a partir da entrada em cena da guerra de ideias neoliberal. Mantida por recursos financeiros vultosos, capilarizada nas universidades particulares, escudada por jornalistas, conectada a redes internacionais e assumida como bandeira ideológica pelos grandes empresários, a doutrina neoliberal iria se impor nas próximas décadas seja pela via autoritária e violenta, seja pelo destronamento da política, seja pela mobilização de afetos decorrente da romantização da figura do empresário de si mesmo.

Não nos enganemos, portanto: o próprio fato da Constituição ser um marco e um divisor de águas dentro do neoliberalismo brasileiro já entrega a lógica de guerra civil

nesse movimento. E que, admitamos, está assentado numa elaboração mais moral, condicionada e comprometida do que científica, pois a realidade à qual os institutos se referem é, a rigor, irreal. Dunker *et al* (2020) apontam como o neoliberalismo à brasileira é paralelamente adiantado e atrasado. Ele emerge antes da hora, porque critica com ferocidade um Estado que nunca cumpriu na integridade as missões de bem-estar e, mesmo assim, é denunciado como excessivo. E ele chega envelhecido e depois da hora, dado que o capital financeiro e o acesso ao crédito e consumo já eram plataformas de trabalho dos partidos de esquerda.

Na entrada da década de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso, o sistema neoliberal avançou priorizando a financeirização da produção, a integração da economia nacional à globalização econômica, a liberação das importações, o aumento das taxas de juro, a redução do funcionalismo público e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas e conservadoras. Foi uma fase em que a transição priorizou os interesses do capital privado transnacional e do setor financeiro. Os efeitos não tardaram a chegar: o aumento do desemprego, da deterioração das condições de trabalho e dos vínculos precários e terceirizados foram reflexos diretos do recrudescimento do setor primário da economia, do baixo investimento estatal e da diminuição da competitividade da indústria nacional frente à valorização da moeda. Consequências em certa medida previstas, já que “foram resultados deliberados das políticas públicas no neoliberalismo” (Saad Filho, Morais, 2018, p. 127).

Malgrado a retórica insistisse na diminuição de um inchado Estado, o que se viu foi uma transformação complexa das suas formas de governo para que fosse possível introduzir novas formas de intervenção e gerenciamento da economia, da sociedade e das relações de classe.

Haveria, porém, algumas peculiaridades dessa neoliberalização. A primeira é intrínseca ao próprio sistema: o crescimento dos conflitos sociais. Ora, não passaria incólume pela classe trabalhadora o fato de que “pela primeira vez na história brasileira, o crescimento da produção e da produtividade coexistiram com a queda do emprego”

(Saad Filho, Morais, 2018, p. 125). Era perceptível como a estabilidade monetária e o enxugamento das contas públicas haviam se concretizado concomitantemente ao desemprego estrutural e à flexibilização do trabalho. De outra parte, as mudanças constitucionais e as emendas operadas no documento de 1988 produziram a impressão coletiva de que o Estado de Bem-Estar Social era limitado e continuaria a beneficiar e proteger o capital financeiro. Além desses fatores, enquanto os grupos de direita saíram enfraquecidos politicamente do regime militar as forças de esquerda, em contrapartida, adquiriram um inegável capital político. Isso não significa inferir que a frente de batalha neoliberal estava com os dias contados; contudo, o cenário político, econômico e social que se desenhava conduziria a guerra civil brasileira a um novo capítulo.

A coalização formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) chegaria em 2003 ao cargo máximo da nação através de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo este a principal figura da esquerda brasileira. Todavia, ao longo de dois mandatos esse governo não alteraria a diretriz macroeconômica neoliberal, acrescentando a ela uma face desenvolvimentista. Beneficiando-se de condições econômicas favoráveis na primeira década dos anos 2000, como a prosperidade de países do ocidente europeu, o espetacular crescimento chinês e o superciclo das commodities (Saad Filho, Morais, 2018), as políticas sociais levadas a cabo por essa administração conseguiram equilibrar-se em uma equação na qual o crescimento da economia e a distribuição dos recursos andaram lado a lado. Ao mesmo tempo em que a burguesia alcançava lucros substanciais acontecia o aumento dos empregos com maiores salários, a expansão das universidades federais, a inclusão, o investimento em programas sociais, o crédito ao consumidor e a estabilidade política. Porém, tais transformações não modificaram suficientemente a estrutura produtiva nem modernizaram a infraestrutura nacional, bem como deixaram em aberto a tributação dos rendimentos mais elevados e a desigual concentração de renda.

O que muitos analistas concordam é que a manutenção do neoliberalismo nos governos petistas ampliou os direitos do consumidor sem considerar os direitos do cidadão. Em outras palavras, enquanto a desindustrialização, o trabalho precário e a

deterioração dos equipamentos e serviços públicos se aceleravam, produzia-se uma impressão de melhora qualitativa permanente das condições de vida dos mais pobres. Ledo engano: a governança financeirizada de Lula e Dilma Rousseff (de 2011 em diante) se ancorava no acesso ao crédito, capturando novos grupos sociais no circuito do endividamento; essa inclusão pela finança engendrava uma engenharia social na qual a distribuição de dinheiro se sobrepunha ao bem público, de forma que o usuário alvo de empréstimo definiria os serviços adquiridos em espaços de concorrência. Ironia do destino: o socialismo de cartão de crédito do PT efetivou um conjunto de consequências desastrosas: “endividamento, individualização e despolitização, sem que o crescimento e a redistribuição alterassem, mesmo que marginalmente, a estrutura de classe do Brasil” (Lazzarato, 2018, p. 33).

Posto que a criação de um indivíduo despolitizado sempre foi uma das bandeiras dos neoliberais, não surpreende que a estranha conciliação entre reformismo desenvolvimentista e neoliberalismo implementada pela gestão petista proporcionaria o triunfo de fascismos, ensejando uma complexa intersecção entre neoconservadorismo, extrema-direita política e neoliberalismo. Quando a desaceleração econômica deu as caras a partir de 2008 a tempestade perfeita havia se formado. Sabemos dos eventos subsequentes: os protestos de 2013, o afastamento político-jurídico da presidenta Dilma Rousseff e a expressiva vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 se desenrolaram na esteira de dispositivos de neoliberalização que, uma vez à tona, voltar-se-iam contra o próprio modelo desenvolvimentista que os capitalizou.

E há mais...

Por um lado, a ordem de mercado preconizada pelo neoliberalismo já havia atingido o imaginário coletivo, fazendo com que a concepção do empresário de si mesmo se transformasse numa subjetividade idealizada, padrão a ser alcançado através do foco nos resultados, na financeirização das escolhas diárias, na responsabilização individual e na valorização das métricas de sucesso como indexador de performance. O desenvolvimento do potencial de cada um consideraria mecanismos de intensificação

de desempenho, como a resiliência, a adaptabilidade funcional, a atualização permanente, a inteligência emocional, a polivalência e as chamadas soft skills.

Para Nunes (2022), o alastramento da subjetivação neoliberal tão ambicionada pelos institutos liberais brasileiros no final da década de 1980 foi subvencionado por quatro fatores. Os dois primeiros são decorrentes do investimento daqueles na disseminação das suas ideias: o domínio da doutrina neoliberal no debate público e na grande imprensa, bem como da subordinação dos direitos sociais e dos serviços públicos à lógica competitiva do mercado. Além disso, pesaram nessa expansão a teologia da prosperidade propagada pelas igrejas evangélicas e, não menos importante, a crescente indústria da autoajuda e do movimento coaching.

Por outro lado, nas organizações empresariais as relações de trabalho preponderantes já estavam regidas por políticas de competição e sistemas de bonificação predatórios, corroendo os laços coletivos e resignificando o termo “trabalhador”, que passaria a ser designado como “colaborador”, “associado” ou “empreendedor”. Também a dinâmica interna se mostrava mais flexível e incerta, pois as formas de trabalho estavam organizadas por projetos, contratos provisórios e vínculos terceirizados.

Igualmente, há que serem citados elementos econômicos estruturais que, desde os anos 1970, transformaram o capital, o trabalho e a indústria. Carreados por aquilo que se conceitua como globalização, trata-se da redefinição dos arranjos produtivos, das forças tecnológicas e dos acordos comerciais. O aspecto central subjacente à globalização se encontra na ideia de que as barreiras que impedem o livre fluxo das mercadorias e da competição devem ser desregulamentadas, assujeitando assim as ações econômicas, trabalhistas e políticas às forças do mercado. A economia mundial alcança um nível inédito de integração, diminuindo as distâncias entre os lugares e liberando a movimentação de bens, serviços e pessoas. Para o capital, essa situação lhe oportuniza buscar vantagens competitivas aonde lhe interessa, aproveitando-se da desigualdade de renda global de várias maneiras, dentre elas os baixos salários em países como a China, a Índia, o Vietnã, a Indonésia e a Tailândia. Como resultado, economias assentadas no ideal de empregos estáveis, com vínculos protegidos por representações

coletivas e subordinadas a legislações que garantem o mínimo de seguridade social tendem a serem preteridas em prol de nações nas quais o emprego é temporário, os salários são baixos e os benefícios praticamente nulos. É a partir desse cenário que também podemos entender a desindustrialização em curso na sociedade brasileira.

Imbricados e funcionando retroativamente, tais fatores já seriam por si só razão para um enorme desgaste estrutural em termos de política, economia e sociedade. Só que não podemos negligenciar a gradual emergência de uma classe ao longo da última década no Brasil. Definida por Standing (2013) como precariado, tal terminologia indica uma massa crescente de pessoas que, por motivos inerentes à fase atual do capitalismo, é desprovida das sete formas básicas de garantias relacionadas ao trabalho: 1) a empregabilidade; 2) a proteção contra a dispensa arbitrária; 3) a oportunidade de desenvolver uma carreira; 4) a segurança física no trabalho; 5) a formação em serviço; 6) a renda estável e adequada; 7) o direito à representação.

Desconfortáveis com a insegurança social, desprovidos de renda fixa e afastados de empregos que tragam identidade, sentido comunitário e previsibilidade futura, os trabalhadores pertencentes ao precariado padecem da impossibilidade do planejamento ao longo prazo, sofrendo uma incerteza crônica. Raivosos, ansiosos e alienados, não espanta que estejam “flutuando, à deriva e potencialmente furiosos, capazes de se desviar politicamente para a extrema direita ou para a extrema esquerda e de apoiar a demagogia populista que tira proveito de seus medos ou suas fobias” (Standing, 2013, p. 19).

Muito embora não se constitua enquanto classe homogênea e com senso de identificação e pertencimento, Nunes (2022) descreve um panorama comum ao precariado brasileiro. Tendo como pilar fundador o crescimento da informalidade e do endividamento, essa classe concretiza o “neoliberalismo desde baixo”, ou seja, uma forma de apropriação dos pobres e de parcelas da classe média da ideologia do microempresário. Tais pessoas se acostumaram a sobreviver mediante instabilidade laboral, sem uma rede de proteção que as afiançasse em tempos difíceis; acostumadas a condições cada vez mais duras de existência, aprenderam que a competição é

permanente, desleal e sem justiça presente; elas sabem que os recursos são exíguos e que ninguém - nem nenhuma instituição, tampouco o Estado - correrá em defesa dos seus direitos. Contudo, não obstante vivam diariamente no interior de uma “luta cada vez mais encarniçada por sobras cada vez mais escassas” (Nunes, 2022, p. 48), são receptivos ao discurso do empreendedorismo, acreditando que se não venceram na arena do mercado, isso se deve mais ao fracasso pessoal ou ao favorecimento de outrem do que devido a razões sistêmicas.

Perpassa o precariado a sensação de ressentimento, que se traduz amiúde na adesão a lideranças que oferecem inimigos e culpados pelas derrotas individuais. Nesse sentido, questões como a “velha política”, a “corrupção”, a “inclusão da minoria” e as “políticas redistributivas” são vistas como entraves que desequilibram injustamente a balança da concorrência a favor de alguns privilegiados. Não à toa, o precariado é capturado por plataformas de campanha que praticam o que Standing (2013) entende como “política de inferno”. Foi o caso da vitória de Jair Bolsonaro em 2018, que logrou êxito se valendo de estratégias de corrosão e demonização da democracia e do Estado de Bem-Estar. Foi o caso também da apertada vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 a despeito da polêmica e problemática gestão do seu antecessor, cujo ápice ficaria simbolizado pela necropolítica posta em prática durante a pandemia do COVID-19.

Eis, em poucas páginas e parágrafos, um olhar panorâmico a respeito da contemporaneidade brasileira à luz do neoliberalismo. Naturalmente, ele não dá conta da complexidade de processos, questões, acontecimentos e procedimentos técnico-administrativos que vêm sendo concretizados na última década. É preciso fazer escolhas, delimitar o escopo de análise, calibrar o ponto de vista em direção a um objeto de estudo. Uma vez que as condições de possibilidade foram apresentadas, é chegada a hora de entender de que maneira e sob quais condições a Geografia escolar está sendo construída, aventada e condicionada.

5 A METAMORFOSE DAS PRÁTICAS

Para Nietzsche (1998), não existem fenômenos puros no âmbito do conhecimento,

de modo que as teorias e os conceitos foram inventados sob determinadas formas de criação e a partir de certos valores. Para compreendê-los, é preciso realizar o método genealógico, um procedimento norteador que questiona de onde procede o saber, quem o criou e a serviço de qual parâmetro valorativo foi feito.

Não existiria numa perspectiva nietzschiana a essência ou o sentido primeiro na Geografia escolar. Ao contrário: trata-se de um conhecimento proveniente de campo de forças que dele se apropriou, dele se apoderou e nele se expressa. Sobretudo: que o explora. A crítica da Geografia escolar se voltaria então contra a epistemologia que a constituiu, sinalizando que “a verdade de um pensamento deve ser interpretada e avaliada segundo as forças ou a potência que o determinam a pensar, e a pensar isso de preferência àquilo” (Deleuze, 2018, p. 134).

Lançando âncoras na genealogia de Nietzsche, proponho que se pense sobre a Geografia escolar com base em três grandes potências históricas em termos do fazer pedagógico e curricular: 1) a potência do nacional-desenvolvimentismo; 2) a potência do tecnicismo pedagógico; 3) a potência da sociedade democrática. Afirmo, porém, que tais potências não são excludentes nem organizadas sucessivamente, como se uma substituísse a anterior ao longo do tempo. São forças complementares que coexistem e se sobrepõem, ocorrendo em certo tempo histórico a hegemonia de uma sobre a outra; não se trata de instrumentalizar uma periodização fixa e definida, mas sim de grifar as mudanças de ênfase no conhecimento geográfico-escolar.

A potência do nacional-desenvolvimentismo precede da série de transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no Brasil ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. Até o final do século anterior, é consenso na literatura acadêmica que não se pode falar da Geografia enquanto uma disciplina escolar com princípios claros (Pedroso 1966; Rocha, 1996). Foi preciso que acontecessem fenômenos como a urbanização, o crescimento das cidades, o êxodo rural, a explosão demográfica, a consolidação da ideia de Estado-Nação e a operacionalização republicana para que tanto a emergência da escola pública, laica, gratuita e obrigatória quanto o próprio ensino da Geografia passassem a serem tidos como necessários (Batista, 2018). Politicamente,

a Geografia seria importante para conhecer o território nacional, explorá-lo nos seus recursos e possibilidades e, especialmente, introduzir nas novas gerações o sentimento de pertencer ao país, responsabilizar-se por ele e, portanto, se sentir brasileiro. Filosoficamente, principiava-se pela Escola Nova e pelo pensamento de John Dewey, acreditando no poder emancipatório da educação. Epistemologicamente, a Geografia da escola correria em paralelo com a concepção lablachiana realizada em locais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Universidade de São Paulo e a Universidade do Brasil, de maneira que a disseminação de livros e recursos didáticos passaria pelo crivo dessas instituições, que incentivavam a formação sistemática de professores e a produção de instrumentos geográficos de qualidade. Pedagogicamente, a Geografia escolar se fez tributária da Psicologia da Educação, organizando-se em termos teórico-metodológicos enquanto disciplina escolar desgarrada da mnemotécnica, que partisse da realidade discente e que instigasse ações de ensino e aprendizagem significativas e participativas. Socialmente, tratava-se tudo isso de um projeto incipiente, limitado pelos escassos cursos de formação de professores e travado por uma escola pública elitista, segregacionista e de parques investimentos.

A potência do tecnicismo pedagógico teve como condição de possibilidade o golpe civil-militar-empresarial de 1964 e os seus eventos antecedentes e subsecutivos. Se o ideário desenvolvimentista não saiu do farol do Estado, ele se modificou no sentido de que deveria acontecer mediante capital externo, endividamento financeiro, importação tecnológica e uma industrialização subserviente aos interesses de classe da burguesia nacional. Para a Geografia escolar, os impactos foram decisivos (Batista, 2022). Politicamente, a repressão nos anos de chumbo pela Ditadura (em época de Guerra Fria) inviabilizava posicionamentos que não fossem compatíveis com um ufanismo acrítico, incondicional e conservador. Filosoficamente, o escola-novismo carregado pelos conceitos de Dewey perde força para uma noção educativa de cunho adaptativo e sem base reflexiva, até porque a sociedade é compreendida como algo dado e sem contradições sistêmicas. Epistemologicamente, a epistemologia de inspiração francesa focada na análise da paisagem, no olhar integrado e no trabalho de campo passaria a

disputar poder com a chamada Nova Geografia, uma escola cujo método se assentava na generalização, previsão e intervenção no espaço geográfico se utilizando da estatística, da modelagem matemática e das novas tecnologias; o próprio IBGE tem uma inversão laborativa no seu quadro técnico, que passaria a ter mais engenheiros, matemáticos e estatísticos do que geógrafos. Pedagogicamente, no ensino de Geografia se refletem três incisivas tendências. A primeira se define pela ênfase em técnicas de ensino de cunho behaviorista, previstas por taxonomia de objetivos, que fizesse a aprendizagem eficiente, produtiva e revertida em desempenho satisfatório no mercado de trabalho. A segunda é uma consequência da Lei 5.692 /71, que diminui a carga horária da Geografia no currículo básico e a subordina à área dos Estudos Sociais. A terceira é a proliferação de licenciaturas curtas e aligeiradas, abrindo concorrência com a formação presente nos cursos das universidades públicas e, ao mesmo tempo, debilitando a qualidade da prática docente. Socialmente, a conexão desses processos teve como meta – em geral, atingida – de alterar as bases organizacionais da Geografia escolar em vista de ajustá-la ao modelo econômico do mercado associado dependente; tais direcionamentos marcariam tal disciplina com o estigma coletivo de não ser nada além de uma prática de memorização insípida, repetitiva e dispensável.

 Chegando até aqui, faço algumas ressalvas antes de avançar com a análise.

 A despeito dos impedimentos, interrupções e prejuízos, a Geografia escolar já havia se concretizado enquanto componente curricular cativo da escola brasileira. Ameaçado, talvez. Criticado, com certeza. Porém, o fato é que de uma maneira ou de outra ela havia conquistado um lugar estável nas instituições de ensino. Assim, não é o caso de investigar nesses períodos se ela esteve à beira de extinção, mas sim de compreender quais foram os choques de forças que a levaram a atender certos interesses ao invés de outros, bem como de identificar permanências e transformações. Ora, o patriotismo atribuído ao saber geográfico não deixou de ser valorizado nem, tampouco, a noção de que o reconhecimento dos recursos nacionais seria uma mola propulsora de exploração econômica. Só que a concepção pedagógica produtivista – realizada na esteira do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio – deixaria

um legado problemático e que ainda perpassa a escola, as licenciaturas e o imaginário coletivo acerca da Geografia. Muito embora se continuasse a fazer conhecimento geográfico de qualidade indiscutível, a passagem de potência previamente explicitada movia o pêndulo em favor de uma educação validada por critérios de utilidade, capitalização, custo/benefício e inserção profissional instantânea.

Finalmente, a potência da sociedade democrática teve seu ponto de emergência em meados da década de 1980, não obstante alguns dos alicerces já viessem sendo discutidos durante a década anterior. Edificada no domínio de condições de possibilidade que tanto negava quanto continuava as potências anteriores, ela se mantém como a grande máquina de produção e subjetivação da Geografia escolar, o que me leva a dizer que a estruturação teórico-metodológica levada a cabo por essa configuração se constituiu na mais sólida formação discursiva dessa disciplina no Brasil. Com méritos. Politicamente, ela fez uma exitosa adesão aos movimentos populares, estudantis e acadêmicos que visavam restabelecer o regime democrático no país; chega antes da Carta de 1988, balizando seus princípios através de reforma na educação; chega durante e depois da elaboração constitucional, propondo uma virada em termos de justiça social, liberdade radical e igualdade. Filosoficamente, a Geografia é porosa à atualização das bases educacionais sob o pressuposto de que a escola deve afastar-se da reprodução das injustiças sociais para se colocar na dianteira de transformação da sociedade, em prol de uma cidadania participativa e que propõe um mundo melhor. Epistemologicamente, a validação acontece por meio de escolas geográficas que, de maneira geral, colocam-se contra a Geografia Tradicional e a Nova Geografia; a perspectiva crítica, oriunda do materialismo histórico-dialético, é a mais influente; todavia as variantes humanistas, no âmbito da fenomenologia e do existencialismo, evocam uma tendência relevante e com impactos consideráveis. Pedagogicamente, ocorre a premissa conforme a qual derrotar as heranças tecnicistas, mnemônicas, descritivas e ufanistas das décadas anteriores é tarefa das mais urgentes; concomitantemente, a proposição de metodologias de ensino e aprendizagem objetiva atingir status de cientificidade, levando os pesquisadores e professores a

justificarem suas práticas no universo da psicologia da educação, principalmente se assentando na Epistemologia Genética de Jean Piaget, na Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vygotsky e, em menor grau, na Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Socialmente, a Geografia escolar começava a conquistar um lugar até inédito na educação básica, recompondo parte da carga horária, qualificando os cursos de licenciatura e engendrando uma autonomia curricular alinhada aos valores-chave da Constituição. Apesar das críticas tecidas à abordagem geográfica e pedagógica presente nos documentos até então produzidos, como os Parâmetros Nacionais Curriculares (1998), as Matrizes de Referências do Exame Nacional do Ensino Médio (2009) e mesmo a Base Nacional Comum Curricular (2018), não deixaremos de encontrar nos pilares por eles veiculados a ideia de que a Geografia escolar pode e deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, pautando os conteúdos da aprendizagem em promoção da cidadania, dos direitos humanos, da dignidade, do trabalho e da pluralidade política, bem como da supressão e do combate a quaisquer formas de discriminação.

Enquanto área do conhecimento, a Geografia escolar foi se consolidando no espectro de um amplo leque de possibilidades, alternativas e predileções conceituais e instrumentais. No tocante à prática pedagógica, o desenvolvimento de materiais, recursos e sequências didáticas se expande ano a ano. Em termos de pesquisa, expressiva parte dos cursos de pós-graduação em Geografia já se desdobra em linhas que têm o ensino e a educação como base investigativa. E os próprios cursos de graduação já distribuem em igual medida disciplinas cujo foco é a docência com os chamados campos da Geografia Humana e da Geografia Física. É fato que mazelas históricas do ensino da Geografia permanecem no radar, mas seria um total desconhecimento – quando não ato de má-fé – concluir que os avanços não aconteceram. Se sempre há o que se fazer, não esqueçamos que muito já foi feito.

Entretanto, a tônica que investe a Geografia escolar do seu poder e da sua importância ao longo das últimas décadas é a mesma que está, paradoxalmente, na pontaria do neoliberalismo. Por obra desse contexto, não surpreende que venha ocorrendo tanto

a qualificação dessa disciplina quanto a sua destituição. Ao fim e ao cabo, os princípios éticos e estéticos da educação geográfica são aqueles que podem bloquear o projeto neoliberal. Não por acaso, esse declarará guerra àquela. Na guerra civil, indubitavelmente a Geografia escolar é dos inimigos internos. Entendamos o porquê.

Como vimos, o neoliberalismo vai muito além de uma política econômica. Fundamentalmente, ele organiza as relações por intermédio da concorrência; generaliza-se a competição ao ponto de naturalizar a violência social. Nesse diapasão, a subjetividade-padrão se faz representada pela figura do empreendedor. Para as instituições de ensino os efeitos são dramáticos. Inventadas à luz da moral iluminista, com a virada neoliberal elas passam a estar cada vez mais submetidas ao mercado e dependendo das forças econômicas, coerção que as faz ter que se portarem como empresas, ou seja, atrativas aos investidores; o conhecimento é tratado como uma produção cujo valor é medido por seu impacto: ele é avaliado como um produto a ser consumido como qualquer outro. É um modelo de negócios que mercadoriza o aprendizado, classificando-o por indicadores de desempenho e vendendo certificados e diplomas.

É interessante como a formação no terreno escolar não é rejeitada pelo neoliberalismo, sendo inclusive estimulada por ele. Isso acontece por que quando a concorrência é alçada a elemento regulador do campo social, caberia ao Estado introduzir os indivíduos nesse jogo e armá-los com as ferramentas necessárias para disputar em condições satisfatórias a sobrevivência no mercado. As instituições não garantem a segurança e o emprego, mas oportunizam capacitações para que cada um potencialize o empresariamento de si mesmo e internalize a livre-iniciativa.

De uma parte, o microempresário deve entender que a precarização social e o desemprego são processos naturais que não são passíveis de intervenção; ao contrário, trata-se de possibilidades do jogo desde o seu início. Os riscos do jogo são transferidos para os trabalhadores e suas famílias. Uma vez desempregado, o sujeito só pode concluir que a culpa por tal estado é dele mesmo e das suas escolhas: eis o lado obscuro de ser líder de si mesmo. De outra parte, o presumido aspecto positivo reside na liberdade de escolha, que vai definir aquilo que o sujeito é. Avisado

do ambiente adverso, o sujeito pode maximizar suas escolhas através de critérios de utilidade, custo e benefício, alocando suas provisões e o seu tempo em atividades que enriqueçam o capital humano. Standing (2013, p. 189) resume o dilema do trabalhador contemporâneo: “Será que devo passar um tempo aprendendo isso? Como gastei tempo e dinheiro fazendo isso no ano passado e não deu em nada, será que devo me preocupar de novo? Como aquilo que aprendi no ano passado está obsoleto agora, vale a pena repetir o mesmo custo e experiência de fazer outro curso”?

Pois bem, uma primeira aproximação entre Geografia Escolar, neoliberalismo e guerra civil aponta para uma característica central dos tempos atuais: em um mundo instável, desigual e empobrecido estruturalmente, mas azeitado pelo discurso da liberdade de empreender, é perceptível que as grades curriculares não serão validadas caso não estiverem atreladas ao valor de troca aferido pelo mercado. E o homo discentis terá à sua disposição conteúdos que supostamente possam ser revertidos em lucros futuros. Logo, não obstante seja-lhe facultada a opção pelos estudos geográficos, fica difícil apostar que aquele irá dispende tempo e dedicação em um saber que não tem valor econômico evidente. Ininterruptamente, ele hierarquiza o mundo, quantificando as alternativas umas em relação às outras mediante critérios matemáticos e utilitários. É daí que estudar Geografia de forma compulsória, simplesmente porque se dizia que ela faz parte de uma formação humanística e integral, pode se transformar em animosidade e rejeição. São grandes as chances dos estudantes se sentirem culpados por dedicarem seu tempo a uma atividade que parece não atualizar as competências e habilidades. Afinal, ela é externa às motivações de comprar, vender e investir: não se sustenta quando avaliada a partir de critérios derivados da administração de empresas.

A segunda aproximação retoma o pressuposto da guerra civil neoliberal já apresentado, acrescentando-lhe mais um predicado: a violência social. Safatle (2020) explica que a forma-empresa glorificada pelo viés empreendedor se transmuta não raro em estratégia de guerra. A competição empresarial é fundada na ausência de solidariedade, na sobrevivência dos mais fortes e dos mais espertos, no cinismo concorrencial, na exploração dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no

monopólio das ações produtivas. Naturalização das formas de espoliação, portanto. Tudo é permitido em um mundo guiado pelos pretextos do investimento, da performance, da rentabilidade e do posicionamento.

O espaço geográfico, nos mostra Sandel (2021), também se modifica quando administrando sob diretrizes de governança oriundas da administração de empresas. Desenhando um acesso das menores às maiores escalas de acordo com critérios de renda, hoje existem poucos lugares que não estejam segmentados pela lógica da economia de mercado. Filas de embarque especiais em aeroporto, espaço maiores para pernas nos assentos dos aviões, áreas “VIP” em eventos, circulação mais veloz em vias congestionadas e em transportes por aplicativos... Uma vez disseminada a sensação de que tudo está à venda, o respeito pelo bem comum e pelo espaço público são engolidos pela brutalidade e pela arrogância do dinheiro.

Talvez o crucial triunfo da racionalidade neoliberal esteja na convicção de que essa condição conflituosa mediada pelo mercado seja o único caminho possível, de maneira que cheguemos até ele naturalmente, como se tivesse sido uma adesão voluntária. Eis o realismo capitalista do qual nos fala Fisher (2020, p. 34), ou seja, “a implantação de uma ontologia empresarial, na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como uma empresa”. Ao nos vermos como partes de tal jogo competitivo que devemos participar e para o qual o treinamento prévio é imprescindível, negligenciamos os processos artificiais que estiveram em sua gênese. Esquecemos que tudo dependeu de um Estado forte, protagonista e interventor, que operou administrativamente e coercitivamente para despolitizar radicalmente a sociedade.

Enfim, são nesses contornos e sob essas condições que podemos identificar quando, como e por que a Geografia Escolar se apresenta como um dos inimigos internos cuja dissolução deverá acontecer para que o neoliberalismo navegue a pleno nas águas brasileiras. Eis também as raízes das lutas que vêm perturbando-a em termos de a) currículo – lembremos da Reforma do Ensino Médio, do lugar apagado na BNCC e da ausência geográfica nas avaliações em larga escala feitas por organizações

nacionais e internacionais; b) cidadania – lembremos do movimento Escola sem Partido e das ameaças à liberdade de cátedra; c) carreira – lembremos da discutível qualidade das licenciaturas a distância, dos contratos temporários, do desvio de atribuições que força o docente a lecionar disciplinar para os quais não está habilitado; d) didática – lembremos da proliferação de recursos, materiais e tecnologias que se credenciam como capazes de ensinar Geografia sem a mediação do professor.

Compreender as raízes da guerra subentende aventar o fundamental desencaixe entre Geografia Escolar e neoliberalismo, dado que os princípios que regem a primeira são bloqueios categóricos à difusão do segundo. Ora, uma vez que o modelo neoliberal alavanca que a concorrência deve permear todos os aspectos da vida, princípios que não estejam sob a agenda do mercado são travas ao andamento do jogo. Senão, vejamos.

No momento em que o neoliberalismo objetiva desconstruir a sociedade, sinalizando que essa noção sequer existe, qualquer movimento da Geografia Escolar que esteja alinhavado com direitos coletivos ou com a compreensão da formação socioespacial na sua totalidade estaria sob ameaça. Se a sociedade não existe, que vale uma Geografia mediada pela política e compromissada com a justiça social? Fazemos política porque ela acontece no âmbito da discórdia, do desequilíbrio de forças, do debate deliberado a respeito de propostas que abranjam o direito civil ao contraditório. A igualdade de acesso ao espaço, bem como a possibilidade de usufruí-lo dignamente em matéria de lazer, natureza, moradia e saúde são pautas que só fazem sentido se acreditamos que vivemos em sociedade, que somos mais do que uma soma aleatória e divergente de indivíduos com interesses particulares. Digo mais: sem a percepção comunitária do meio social, conceitos de base como território e lugar ficam esvaziados, como também conteúdos do currículo que pretendem problematizar o espaço geográfico através da política. Jamais seria mera questão de semântica. Abolindo o olhar social e político do interior da Geografia Escolar, desempregados são tratados como irresponsáveis e incapacitados, requerentes de benefícios sociais como preguiçosos, imigrantes como aproveitadores, criminosos como sujeitos de natureza malvada, depressivos como culpados pela sua condição, etc. Esse leque de táticas de

responsabilização produzidas pelo neoliberalismo vai de encontro ao que vem sendo realizado no pensamento geográfico brasileiro. Não surpreende que a Geografia Escolar seja inconveniente às reformas neoliberais.

A Geografia ambiental, cujo escopo trata frontalmente das relações entre a sociedade e a natureza, padece de semelhante adversidade. Desenvolvida enquanto um campo que problematiza o meio ambiente quer face à exploração desordenada dos recursos naturais, quer em consequência da poluição da água, da atmosfera e da influência humana e econômica nas mudanças climáticas, na geomorfologia e no equilíbrio dos geossistemas, a questão é que tal abordagem vigilante não se enquadra no paradigma neoliberal. Ao contrário de considerar essas situações conflituosas como processos decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, o movimento neoliberal – especialmente nas variantes mais conservadoras – tende a tratar a militância ambiental como um agrupamento contrário ao estilo de vida capitalista e ao progresso tecnológico e industrial. O ambientalismo fere as liberdades individuais, adota um catastrofismo alarmante cujo respaldo científico é insuficiente e, não menos importante, se vale de um discurso romântico para fazer política. A bandeira ecológica é uma ameaça à democracia, pois propõe soluções globais e utópicas para problemas que deveriam ser resolvidos localmente. Por fim desconsidera que as melhores alternativas, inclusive no tocante à natureza, advêm da economia de mercado, que contém mecanismos que se auto-corrigem, se ajustam às necessidades de seus membros e geram riqueza e inovação. Quaisquer regulamentações atravancavam a liberdade inalienável de consumir, já que desaceleram a produtividade, aumentam os custos e excedem os hipotéticos benefícios.

É daí que a contraofensiva neoliberal adota três frentes estratégicas. Uma delas é se valer da linguagem científica e, com o apoio de acadêmicos recrutados, destronar o efeito político-econômico das questões ambientais, concebendo-as como parte de um fenômeno natural cuja intervenção é improdutiva; isso acontece amiúde em temas relacionados ao aquecimento global, ao clima e aos desastres. A outra é travar a batalha no campo jurídico, fazendo com as normas sejam flexibilizadas em prol de

interesses privados. A última é colocar os danos em uma balança de custos-benefícios e transferir ao indivíduo o cálculo do risco ambiental associado às suas escolhas.

De qualquer forma, a tripla estratégica resulta em confronto direto com a Geografia Escolar. Extrair da temática ambiental sua carga econômica e política não só faz a disciplina retroceder epistemologicamente como instala um ensino acrítico, descritivo e mnemônico que, francamente, qualquer aplicativo de smartphone consegue replicar. Outrossim põe em cena na escola um pânico moral cuja maior vítima é o professor, que passa a ter que se policiar discursivamente em conteúdos que possam prejudicar o posicionamento dominante: censura, em outras palavras. Ao fim e ao cabo, ambas as possibilidades são impraticáveis, pois encerram em si mesmas quaisquer chance do ensino da Geografia ser significativo. Para que pudessem se efetivar, a Geografia teria que ser abordada como uma ciência cujo objetivo é o produto e não o processo. E a docência teria que renunciar à problematização, ao debate, à dúvida, à incerteza. Negociar com o neoliberalismo, nesses termos, é perder a batalha de saída e sabotar a presença da disciplina no currículo, dado que teríamos uma prática inócua e substituível por ferramentas tecnológicas em médio prazo. Em resumo: não há negociação. Continuaremos sob fogo cerrado.

Avançando na discussão, outro conjunto de atributos que foi acoplado às abordagens da Geografia Escolar e que - em tempos neoliberais - faz-se problemático tem a ver com a inserção das agendas culturais nos parâmetros curriculares. Desde meados da década de 1980 a perspectiva crítica foi expandida com temáticas relacionadas às minorias sociais presentes no território brasileiro. Nesta pauta em torno da diversidade e da celebração da diferença, podemos citar grupos que incluem a população LGBTQIAPN+, indígenas, mulheres, negros, pessoas com deficiência (PCDs), pessoas de baixa renda e idosos. A educação geográfica vem respondendo com pesquisas, normativas, reformas em projetos pedagógicos de cursos, recursos didáticos e práticas docentes que contribuem para o imperativo da inclusão escolar. E ainda há muito a ser feito.

Porém, atentemos para o paradoxo da inclusão na racionalidade neoliberal. Como mencionado, uma das prerrogativas dessa forma de vida é alavancar procedimentos a partir dos quais o jogo competitivo abranja o maior número de indivíduos, que internalizariam o desejo de consumir e permanecer na disputa; no neoliberalismo, incluir é engendrar consumidores e competidores. Só que esse objetivo aparentemente altruísta e nada desinteressado contém o germe do seu próprio bloqueio. E por uma razão simples: na medida em que a sociedade se transforma em um campo de batalha por melhores posições, qualquer sujeito que suspeitar que o seu rival esteja levando vantagens prévias na disputa tende a revoltar-se contra as leis do jogo, além é claro contra o próprio antagonista. Nunes (2022, p. 86) é certo na descrição do cenário:

“Vocês estão perdendo porque eles – mulheres, negros, gays... – estão ganhando”. Num mundo em que é impossível imaginar condições econômicas diferentes das existentes, em que o fracasso é responsabilidade exclusivamente pessoal, e os ganhos dos mais ricos (“geradores de empregos”) são considerados intocáveis, a base da pirâmide social realmente se encontra envolvida numa luta de todos contra todos na maior parte do tempo. Diante da impossibilidade de botar as regras do jogo em questão, resta um confronto de soma zero ressignificado como choque entre “culturas” ou valores morais.

Eis o dilema. A Geografia escolar trabalha a favor da promoção da igualdade entre gêneros, raças e classes, da diversidade sexual e do multiculturalismo. Todavia, a reorganização da sociedade pelas forças do mercado engendra o imaginário de que as tensões sociais não se dão devido à estrutura econômica e política, mas sim por que alguns grupos obtêm benesses às custas de outros. Beneficiários de políticas redistributivas e de correção a injustiças históricas podem ser vistos como parasitas por trabalhadores temporários e precários, empreendedores malsucedidos e grupos ressentidos com a destituição do patriarcado. Expectativas frustradas, nesse sentido, rebatem na configuração cotidiana dos conteúdos escolares, de maneira que o professorado se vê numa delicada posição, visto que o entendimento dialético das relações sociais se choca com circunstâncias cuja gênese costuma ser negligenciada. Assim, ao mesmo tempo em que o professor de Geografia é cobrado para que lecione essas necessárias pautas, ele se vê brechado por um cerceamento da linguagem

que induz certos grupos a tratá-lo como ideólogo, militante, doutrinador, membro partidário. Inimigo da liberdade - mas que liberdade é essa?

A derradeira particularidade do neoliberalismo que o posiciona no contrapé na Geografia Escolar é de natureza epistemológica, no tocante à forma como o saber geográfico se dá. Muito embora a teoria do conhecimento tenha passado por transformações desde a sua constituição científica no século XIX, substancialmente ela não deixou de se assentar na observação, análise e interpretação da paisagem. Mudaram os conceitos e foram sendo agregadas perspectivas teórico-metodológicas, porém as discussões permanecem subentendendo uma pedagogia do ver, a construção de um olhar crítico e contemplativo que apreende o mundo nas suas continuidades e discontinuidades. A dialética da visão geográfica se diferencia das outras ciências porque problematiza os aspectos espacializados através de critérios que não capturam a paisagem exatamente como ela é, mas contribuem para compreender como viemos a ser o que somos e o que estamos nos tornando enquanto sujeitos transformadores do substrato paisagístico. Como Gomes (2017) colocou, é uma forma original de pensar, pois articula as formas lógicas e descritivas do discernimento.

Dois efeitos incidem sobre o ensino de Geografia. Por um lado, os conteúdos curriculares não possuem uma essência fixada de antemão, mas engatilham métodos a partir dos quais se entende a dinamicidade do espaço geográfico, munindo os estudantes de complexas ferramentas de leitura do mundo. Contudo, é preciso pausa, atenção e reflexividade. Apressar o processo não combina com a aprendizagem geográfica, que antes do que técnica, é existencial: tem-se que estar no mundo e abrir-se para ele numa relação de alteridade e serenidade. É disso que se trata a Geografia e não há como fazer de outro modo. Quaisquer alternativas profanam a potência de ensiná-la e aprendê-la.

Pois bem. Na esfera pedagógica carregada por pressupostos neoliberais, o arranjo como o trabalho docente acontece deve ser passível de avaliações padronizadas, introduzindo as práticas no bojo de auditorias, testes e indicadores. A liberdade preconizada vem se transmutando na educação em dispositivos a serviço da aferição de metas exteriores à epistemologia das disciplinas. Fisher (2020) denomina

de stalinismo de mercado essa burocracia dos objetivos, dos resultados esperados e dos intermináveis relatórios de desempenho. Quando a escola é administrada como se fosse uma empresa e passa a se orientar para o mercado, o trabalho realizado nas suas dependências é mensurado e dimensionado mesmo que disciplinas como a Geografia, a priori, possuam natureza refratária à quantificação. Aquilo que nos interessa, ou seja, a construção do raciocínio geográfico, dificilmente pode ser calculada na esteira de metas e coletas de dados. Pelo contrário: a cultura da auditoria intercepta o desenvolvimento epistemológico da Geografia escolar, pois na impossibilidade de ser enquadrada por parâmetros avaliativos, resta-lhe aprimorar uma verdadeira arte dos driblamentos administrativos, a fim de que consiga tanto passar despercebida dos mecanismos de controle quanto possa – não sem altos custos – manter-se sob condições cada vez mais duras no já saqueado currículo da escola básica brasileira.

Também é um dano epistemológico à aprendizagem geográfica a junção estratégica que acontece entre precariado, neoliberalismo e o recentemente denominado capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016). Com base na emergência das plataformas digitais enquanto formas dominantes de organização do capital contemporâneo, Srnicek (2016) demonstra como as tecnologias repercutem sobre o trabalho, tornando-o fragmentado e precário. Elas legitimam uma economia de bicos marcada por tarefas gamificadas de curto prazo, sem vinculação entre empregador e empregado e que se caracteriza pela incerteza, instabilidade, transitoriedade, insegurança, intermitência e rotatividade. A política de subjetividade aí evocada vai além da brutal naturalização da informalidade. O curto prazismo contém o bacilo da incapacidade para formular um pensamento prolongado que suscite ideias e modos de imaginação; ele não depende da contemplação, da reflexão e da concentração para funcionar, visto que nos ambientes de trabalho predominam a realização de multitarefas aligeiradas.

Standing (2013, p. 40) infere que a mente alfabetizada, potencializada deliberadamente pelo tédio e capaz de efetivar ligações sistemáticas entre passado, presente e futuro está “sob ameaça do bombardeio constante de investidas de adrenalina induzidas eletronicamente”. Não é por acaso que tanto esse autor quanto

Han (2019) vem mapeando uma epidemia de déficit de atenção, hiperatividade, anomia, estresse, ansiedade e alienação.

Para a escola, o desafio é monumental. A plataformização não requer o desenvolvimento elaborado de competências cognitivas; em um meio onde a memória é dragada pela intermitência de trabalhos sem significado ontológico, talvez uma formação plena e robusta nem seja bem-vinda. No que se refere ao ensino de Geografia, o quadro é igualmente preocupante: ficará mais desafiante para o professor construir junto com seus alunos um raciocínio geográfico que conecte elementos diversos e não necessariamente disponíveis de imediato, explique a gênese dos fenômenos e compreenda o espaço como imaginação, representação, vivência e contemplação. Pensar o mundo pela Geografia é algo sofisticado, visto que pressupõe o ato de ver como algo dependente de escolhas, de critérios, de circunstâncias; além do mais, “para ver certas coisas é preciso criar condições espaciais de afastamento dela. A forma geográfica de pensar consiste também em um exercício” (Gomes, 2017, p. 129). Exercício duplo de problematização do objeto de estudo geográfico: propor teoricamente um ponto de vista por meio da qual a análise preestabelecida vai se desenrolar e, concomitantemente, descrever a constituição da paisagem e a forma como ela se apresenta ao observador.

Haja vista as correias que vêm transmitindo os arranjos da racionalidade neoliberal na escola, as qualidades geográficas tendem progressivamente a ir de encontro ao empreendedorismo pedagógico. Sentir, orientar-se e refletir a respeito da existência na dimensão espacial englobam raciocínios complexos que, justamente por isso, são incondizentes com estilos de vida nos quais a insegurança, a imprevisibilidade e a degeneração do bem-estar material e psicológico imperam. A que ponto chegamos: pensar pela Geografia se transformou em uma determinada maneira de subversão social.

6 CONTRA O CANCELAMENTO DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Se fosse uma política macroeconômica, já seria preocupante. No entanto, o

neoliberalismo é muito mais do que isso: disseminando competitividade, forjando subjetividades e desenhando instituições a serviço dos seus propósitos, ele efetiva uma engenharia afetiva do comportamento humano, subordinando as esferas da existência ao capital e ao mercado; tornou-se o modo geral como as coisas operam normalmente.

A vida sempre será uma experiência e, em tempos neoliberais, pagamos caro pelas nossas escolhas. A privatização dos problemas psíquicos e sociais, a radical despolitização e a individualização de questões estruturais são fenômenos que estão nos levando a realmente considerar que não existe mais aquilo que aprendemos a reconhecer como sociedade. As implicações decorrentes da destituição desse conceito estão longe de ser meramente ideológicas.

Sem a construção de um princípio social ancorado na cidadania e na coletividade, a escola moderna se esvazia em significado. Organizando-se como uma empresa, o sentido é completamente outro – se é que será possível fixar sentido algum em tal lógica. A Geografia Escolar, por sua vez, é afetada de forma inédita. A natureza epistemológica, ética e estética que lhe sustenta atua em regime de incomensurabilidade com a educação conduzida pelo neoliberalismo.

A concepção de escola moderna foi inventada em meados do século XVIII e, a despeito dos seus problemas, ainda aí está. A Geografia escolar brasileira tem uma longa caminhada iniciada no final do século XIX e, mesmo debaixo de duras críticas, progrediu. Nesse sentido, exercícios de previsão são arriscados e, no fim das contas, talvez não sejam produtivos ao trabalho do intelectual. Mais valeria diagnosticar o presente e capturar como os mecanismos sociais funcionam e são regulados. Foi o que tentei, ao meu modo e mediante certas escolhas, fazer.

Para encerrar este ensaio, a associação que Fisher (2020) faz entre neoliberais e zumbis é tão prolífera quanto brutal: as instituições sobreviventes da modernidade, à luz da reprogramação neoliberal, são mortos-vivos. Estão, em essência, mortas, apodrecendo aos nossos olhos, desprovidas de vitalidade, sequeladas de mal-estar; ao mesmo tempo, estão vivas, arrastando-se tropegamente, sem propósito definido, se movendo para lugares que ninguém saberá dizer. É o caso da escola. Caso também

da Geografia Escolar, que vem sendo construída nas ruínas do neoliberalismo. Ela persiste por inércia – “em pé mesmo morta, como um zumbi” (Fisher, 2020, p. 188).

Este texto não ofereceu nada mais do que um quadro geral do estado de guerra civil em que nos encontramos e que, ao que tudo indica, tende a se agravar nos próximos anos. Talvez seja pouco. Melhor dizendo: certamente é pouco. Mas, no cerne de uma tarefa de renovação do arsenal teórico, os passos primeiros devem passar pela avaliação sóbria e pragmática do momento em que nos encontramos e dos recursos que temos à nossa disposição. É preciso que estejamos a par tanto dos nossos interesses enquanto profissionais quanto teoricamente capazes de compreender as causas e efeitos das ações que assujeitam a Geografia Escolar. O neoliberalismo não é fato da natureza: é um discurso contrarrevolucionário, conservador, classicista e favorável ao acirramento da rivalidade entre os sujeitos. Compete a nós historicizar essa racionalidade, localizando-a como uma formação social contingente, com objetivos definidos de antemão e cujos efeitos colaterais não podem despercebidos. Mas parece que também nos cabe a não tão fácil escolha de recusar-nos o funcionamento do modelo da empresa, desacoplando a figura docente do protótipo do empreendedor, desconstruindo a norma da concorrência e desalojando a noção do estudante enquanto potencial consumidor e capital humano.

Trata-se de reafirmar a autonomia do nosso trabalho e, a um só golpe, rejeitar o direcionamento pedagógico, político e disciplinar que vem sendo levado a cabo pelos dispositivos contemporâneos de controle e cerceamento da profissão docente. Infelizmente, não há modelos a seguir. Porém, lançar âncoras em soluções passadas é uma maneira enfraquecida de lutar. O discurso geográfico-escolar de cunho crítico e progressista foi edificado na esteira de uma escola autoritária, extremamente disciplinar e excludente. Para o bem e para o mal, estamos atualmente diante de um panorama completamente diferente: desinstitucionalizada, desritualizada, desintegrada e desvalorizada, a escola se encontra em um estado que é justamente o tipo de desertificação propício aos avanços do neoliberalismo pedagógico. Passou da hora de inventar novas armas: as antigas já não nos servem mais.

Desenvolver alternativas às políticas existentes, ativar a circulação de ideias e estar atento às oportunidades presentes nas fissuras da cinzenta cortina neoliberal se avizinham como tarefas obrigatórias do pensamento crítico. Quem senão a Geografia escolar, por intermédio dos seus conceitos estruturantes, para desvelar as chagas de um mundo onde a liberação dos fluxos internacionais do capital, a realocação geográfica, a globalização e as reconfigurações produtivas estão invertendo as bases materiais da vida social? Ao contrário da coruja de minerva hegeliana, que levanta voo apenas ao entardecer, o caleidoscópio geográfico deve se impor prematuramente como um postulado teórico-metodológico que problematize as contradições deste mundo em transformação, abrindo caminhos para a contestação geral da racionalidade hegemônica e reconsiderando seriamente as relações entre neoliberalismo e guerra social. Por espírito epistemológico. E questão de relevância social. Em suma, fazer a diferença no devir junto com os nossos alunos. Conscientes das adversidades, mas otimistas nas práticas.

Pois como já indicara Bento Espinosa (1991, p. 299) ao final da *Ética*,

Se o caminho que eu mostrei conduzir a este estado parece muito árduo, pode, todavia, encontrar-se. E com certeza que deve ser árduo aquilo que muito raramente se encontra. Como seria possível, com efeito, se a salvação estivesse à mão e pudesse encontrar-se sem grande trabalho, que ela fosse negligenciada por quase todos? Mas todas as coisas notáveis são tão difíceis quanto raras.

REFERÊNCIAS

BATISTA, B. N. O ensino de Geografia paga tributo à Escola Nova? **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1-16, set. 2018.

BATISTA, B. N. **Ensinar Geografia para sempre**: encontro com os clássicos. Pelotas: Editora UFPel, 2022.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. **A escolha da guerra civil**: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DUNKER, C.; PAULON, C.; SANCHES, D.; LANA, H.; LIMA, R. A.; BAZZO, R. Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira. In: SAFATLE, V.; DUNKER, C.; SILVA JUNIOR, N. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 215-253.

ESPINOSA, B. **Ética**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva**: curso dado no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GROS, D. B. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. 253 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HAN, B. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, F. **A constituição da liberdade**. São Paulo: Edições 70, 2018.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 32, p. 122-151, jul-dez. 2016.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, R. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PEDROSO, T. A Geografia no curso secundário. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 194, set.-out. 1966.

ROCHA, G. O. R. A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). **Revista da APG (PUCSP)**, São Paulo, v. 8, 1996.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; DUNKER, C.; SILVA JUNIOR, N. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 17-45.

SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SILVA JUNIOR, N. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal. In: SAFATLE, V.; DUNKER, C.; SILVA JUNIOR, N. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 255-281.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Contribuições de autoria

1 – Bruno Nunes Batista

Universidade Federal de Pelotas, Doutor em Geografia

<https://orcid.org/0000-0002-3862-1465> • brunonunes.86@hotmail.com

Contribuição: Conceituação, metodologia, escrita - primeira redação, escrita - revisão e edição

Como citar este artigo

BATISTA, B. N. Neoliberalismo e guerra civil: a hipótese da Geografia Escolar como inimigo interno. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 28, e88178, 2024. Disponível em: 10.5902/2236499488178. Acesso em: dia mês abreviado ano.